

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo mantém IRRF e CSLL sobre aplicações e resultados de fundos 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
SEGURIDADE SOCIAL

Custo com juros do Auxílio Brasil é até 87% maior do que outros consignados 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Agenda fiscal de Bolsonaro frustra expectativas 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas e gasto social desafiam o presidente Lula 8

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Passagem democrática é crucial para não paralisar o País, afirmam analistas 9

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

São Paulo nas mãos de Tarcísio (Editorial) 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Ex-ministro buscará perfis técnicos, mas vai ter pressão de bolsonaristas 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Paulo Dantas (MDB) supera escândalo e é reeleito em AL 15

ZERO HORA - RS - ELEIÇÕES 2022
SERVIDOR PÚBLICO

"Na democracia, decisão do povo é soberana", diz Onyx 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio entre o bolsonarismo e o pragmatismo (Artigo) 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios para o próximo mandato - HENRIQUE MEIRELLES 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Republicanos e PL avançam no controle de receita dos Estados 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Investimento de qualidade explica por que PIB surpreende' 22

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cotado para integrar governo, Meirelles defende reforma administrativa 23

FOLHA ONLINE - SP - ELEIÇÕES 2022
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja as propostas de Lula para a economia 25

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reformas e fim do orçamento secreto: Veja a lista de promessas para cobrar de Lula	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Presidente é o 1º a não se reeleger desde 1997	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Auxílio Brasil, IR e reajuste de servidores estão entre os desafios	33
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Eleito, Lula deve pôr fim a suspense sobre política fiscal nesta semana	36
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Em minoria no Congresso, Lula recebe aceno de lira e Pacheco	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA Silêncio como marca da derrota	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA Ao centro, Lula (Editorial)	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Primeiro desafio de Lula é negociar com Congresso novo Orçamento	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Quase 4 em cada 10 trabalhadores recebem até 1 salário mínimo	44
FOLHA DE S. PAULO - SP - ELEIÇÕES 2022 ECONOMIA Não existem "dois Brasis", diz Lula após vitória	46
FOLHA DE S. PAULO - SP - ELEIÇÕES 2022 ECONOMIA Rombo fiscal, Congresso e STF desafiarão novo governo	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Aviltar a democracia prejudica o crescimento (Artigo)	54
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA Aliado próximo do presidente, Torres liderou operação da PRF	55

Supremo mantém IRRF e CSLL sobre aplicações e resultados de fundos

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Supremo mantém IRRF e CSLL sobre aplicações e resultados de fundos

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370

Custo com juros do Auxílio Brasil é até 87% maior do que outros consignados

Clayton Castelani são paulo

O valor pago em juros do empréstimo consignado do Auxílio Brasil pode custar até 87% mais do que outras modalidades de crédito com desconto na renda de assalariados dos setores público e privado ou de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), segundo simulação realizada pela Anefac (associação dos executivos de finanças).

Apesar do custo e a despeito de a medida ter sido criada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) em período eleitoral, especialistas do setor financeiro dizem que a modalidade proporciona o único crédito possível a pessoas que não têm acesso a financiamento para despesas emergenciais.

A Anefac calculou quanto o devedor pagaria por um empréstimo de R\$2.582,88 a ser quitado em 24 parcelas nas quatro modalidades de crédito consignado citadas. O valor e o prazo são os máximos permitidos pela regra do empréstimo do Auxílio Brasil.

Para o Auxílio Brasil, a taxa mensal considerada foi a de 3,45% oferecida pela Caixa Econômica Federal.

Quanto aos juros das outras modalidades, os índices aplicados foram de 1,94% (**INSS**), 1,96% (servidor público) e 2,64% (empregado do setor privado). Essas são as médias calculadas com base em cerca de 40 instituições que informaram ao Banco Central os valores que praticavam na primeira quinzena deste mês. A taxa máxima para o consignado do **INSS** é de 2,14% ao mês.

Na comparação mais desvantajosa para o empréstimo do Auxílio Brasil, que é em relação ao consignado do **INSS**, o beneficiário do auxílio tem uma taxa anual de juros de 50,23%, enquanto o aposentado ou pensionista paga 25,93%.

Transformando essa diferença em reais, o total debitado do auxílio em dois anos será de R\$ 3.840, dos quais R\$ 1.257 serão para o pagamento de juros. Esse valor representa um aumento de 87% em relação aos R\$ 672 dos juros do consignado do **INSS**.

Os valores do custo do consignado do Auxílio Brasil foram calculados sobre parâmetros oferecidos pela

Caixa em suas páginas na internet. Procurado, o banco não confirmou os cálculos.

O custo superior ao de outros tipos de consignado não significa que o empréstimo do Auxílio Brasil é ruim para os beneficiários. Segundo especialistas, esse empréstimo tem uma função social importante quando utilizado em situações emergenciais.

"Uma pessoa pode pegar esse empréstimo para quitar um financiamento mais caro ou para comprar uma geladeira, caso a dele esteja danificada. Em alguns casos, faz sentido", diz Andrew Storfer, diretor de economia da Anefac.

"Ninguém nega o problema do superendividamento das famílias no Brasil, mas é absolutamente legítima a oferta e a busca por crédito por pessoas que estão negativadas e sem acesso a outras possibilidades de financiamento", diz Luis Eduardo da Costa Carvalho, presidente da Aerefi (associação das empresas de crédito e investimento).

Carvalho ainda ressalta que o risco para a instituição que empresta o recurso não é superior ao de outras modalidades de consignado, pois o órgão pagador do benefício é o governo federal.

O risco de calote relativamente baixo, porém, não resultou em um crédito mais barato, além de não ter despertado o interesse do setor financeiro em oferecer o crédito autorizado pelo governo. Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander confirmaram à Folha que não ofertam o empréstimo do Auxílio Brasil.

Storfer e Carvalho explicam que a principal dificuldade em operar esse tipo de crédito neste momento é que o dinheiro está caro devido à elevação mundial das taxas de juros para o combate à **inflação**.

Oferecer um crédito que potencialmente será requisitado por milhões de pessoas requer ter muito dinheiro em caixa. Para encher seus cofres, bancos disputam investidores e, em tempos de títulos do governo pagando juros altos, as instituições precisam entregar retornos elevados para atrair clientes.

Nesse contexto, o crédito consignado, que tem taxa modesta para os parâmetros do mercado brasileiro, pode trazer pouca vantagem em relação ao custo de

captação do dinheiro. Além disso, é preciso gastar com a estrutura para fazer o negócio. Tecnologia, segurança contra fraudes e funcionários custam caro para o setor.

Uma forma de os bancos aumentarem seus lucros é aproveitar a entrada de um novo cliente, que pode ter chegado à instituição para tomar um empréstimo consignado, para vender a ele outros produtos financeiros, mais vantajosos para a instituição.

A construção desse relacionamento entre empresa e cliente, porém, é menos promissora quando quem toma o crédito o faz para ter acesso a alimentos e outras necessidades básicas, diz Storfer. "Para quem empresta não é tão atraente."

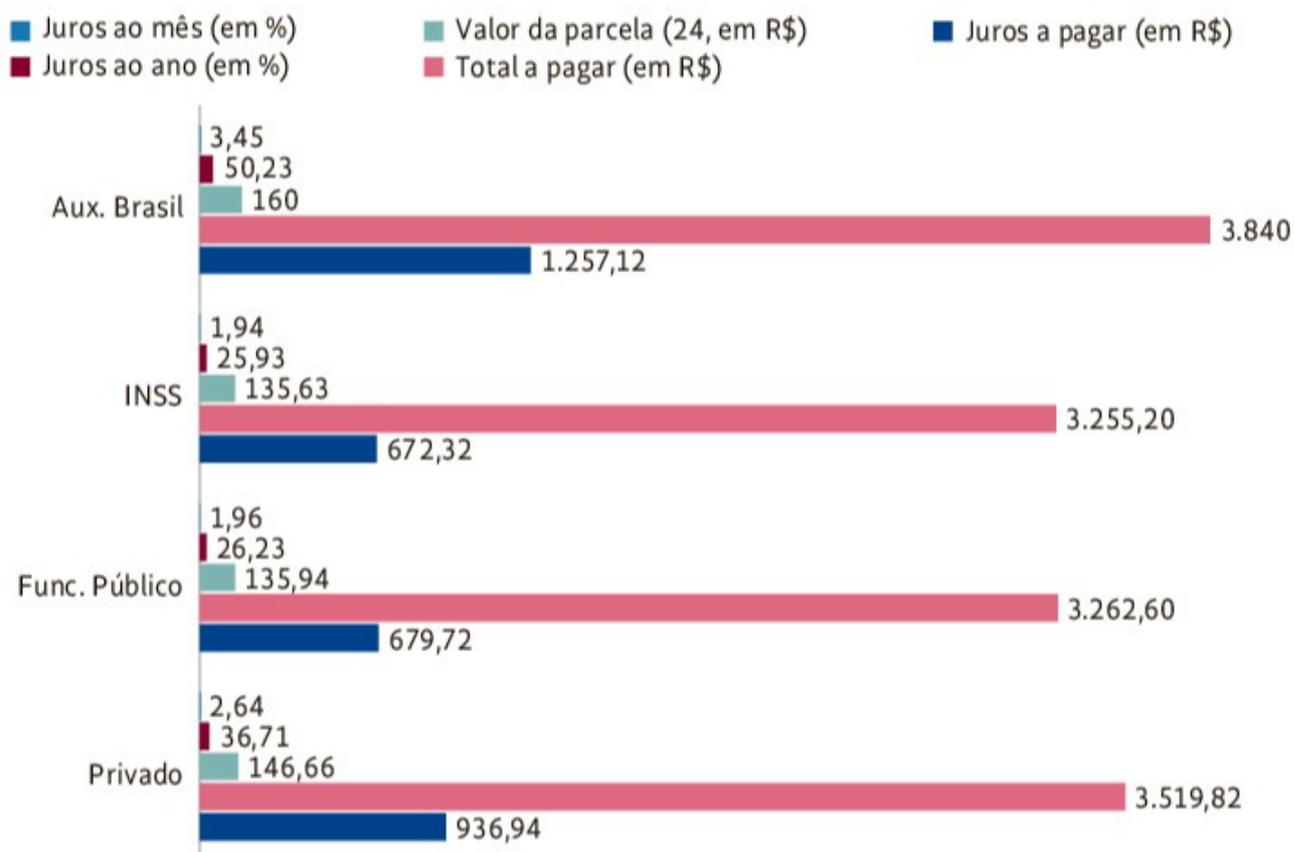
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

81

Crédito de R\$ 2.582,88 do Auxílio Brasil comparado a outros consignados

Taxa do auxílio praticada pela Caixa contra a média dos bancos para outras modalidades de empréstimo



Fontes: Anefac, Banco Central e Caixa

Agenda fiscal de Bolsonaro frustra expectativas

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Contas públicas e gasto social desafiam o presidente Lula

Marcílio de Moraes

Antes mesmo de definida a votação, o cenário já mostrava os imensos desafios do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área econômica, que vão desde o controle das contas públicas e da **inflação** com a perspectiva de desaquecimento em 2023 até a conciliação das atividades agropecuárias e extrativas com a agenda de conservação ambiental, passando pelo atendimento a 33 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e por medidas para fortalecer o mercado de trabalho - embora o desemprego tenha recuado para 8,7%, ainda existem 39,1 milhões de trabalhadores informais, sem garantias legais. Dinamizar o crescimento da economia num ambiente de desaceleração em todo o mundo é outro desafio da equipe econômica do novo governo.

Controlar efetivamente a **inflação** será o desafio inicial com o valor das commodities e, principalmente, do petróleo pressionando os índices de preços em todo o mundo. No Brasil, a **inflação** voltou a subir em outubro e os preços dos combustíveis estão defasados em relação aos valores praticados no exterior. Redução de **impostos** e liberação de importações podem ser opções no caso dos alimentos. Nos combustíveis, a intenção declarada antes da campanha é mudar a política de preços, medida que exigirá negociação com o Congresso e deve ser feita de forma clara para o mercado financeiro. O aumento dos preços é um problema mundial, mas terá que ser controlado no país.

Com preços em alta, taxas de juros continuam elevadas, encarecendo dívidas e inibindo investimentos. Eleito, Lula terá como desafio a proposta de renegociar as dívidas de quase 80% das famílias que hoje têm alguma dívida no país. Alongar e repactuar essas dívidas exigirá acordo com instituições financeiras, lojas e sites comerciais. A medida pode aliviar o orçamento das famílias e ter impacto no consumo, com efeito sobre a economia. Mas o alcance será limitado e dificilmente será suficiente para evitar que o Produto Interno Bruto (**PIB**) tenha um baixo crescimento este ano.

O segundo desafio será equilibrar as contas públicas. O Orçamento da União para 2023 prevê um déficit de R\$ 63,7 bilhões. Mas esse valor deve subir,

pressionando a regra do teto de gastos, que o ex-ministro Henrique Meirelles já afirmou será colocado em uma espécie de stand by este ano. Isso porque, atingindo o teto, o governo corre o risco de ver a máquina pública sem ter como funcionar. Sem recursos orçamentários, a atração de investimentos para infraestrutura e em produção são mais um desafio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que precisará buscar parcerias com o setor privado para obras em estradas, portos, energia, telecomunicações e em projetos de setores estratégicos, como fertilizantes.

E o risco fiscal cresce com a necessidade de honrar as promessas de campanha, como a isenção do Imposto de Renda até a faixa salarial de R\$ 5 mil e o pagamento do auxílio emergencial no valor de R\$ 600, medidas que terão custo elevado para os combalidos cofres públicos. Apenas a correção da tabela do IR trará uma perda anual de arrecadação de mais de R\$ 200 bilhões, que se somam aos R\$ 51,8 bilhões de gastos a mais para o pagamento do Auxílio Brasil a 21,6 milhões de famílias, sem contar a promessa de um adicional de R\$ 150 por filhos menores feita durante a campanha.

O presidente Lula terá o primeiro ano de mandato para adotar medidas para controlar ou encaminhar o controle da **inflação** e das contas públicas para honrar outro compromisso de campanha: reajustar o salário mínimo acima da **inflação**. Essa recomposição favorece os trabalhadores e pensionistas que recebem o menor valor de salários no Brasil. Mas, por outro lado, pressiona os cofres dos municípios, sobretudo os menores, e o caixa da **Previdência Social**. Elevação do déficit da Previdência pressiona os gastos públicos, dificultando o equilíbrio fiscal.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/31/10/2022/p1>

Passagem democrática é crucial para não paralisar o País, afirmam analistas



RENATA CAFARDO MARCELA VILLAR LAÍS ADRIANA

Após uma eleição agressiva e tensa, que expôs a fratura política da sociedade brasileira, uma transição democrática e transparente é considerada essencial para que o País não paralise nos próximos 60 dias. O período de transição é regulamentado em lei - ela determina que o governo que sai forneça para o que entra todas as informações sobre as ações de cada órgão da administração federal, inclusive as confidenciais.

Especialistas ouvidos pelo Estadão afirmam que, apesar da lei, a cooperação do governo de Jair Bolsonaro (PL), derrotado nas eleições de ontem, é crucial para o bom trabalho da equipe de transição. Os até 50 integrantes do grupo, que recebem salários que variam de R\$ 2 mil a R\$ 17 mil, serão decididos pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas precisam ser nomeados pelo atual ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, presidente do Progressistas.

Ex-ministro de Minas e Energia no governo de Michel **Temer** e assessor de Fernando Henrique Cardoso, Wellington Moreira Franco, do MDB, acredita que a transição precisa acontecer com um "espírito harmônico" e trabalho conjunto. "É urgente que as lideranças políticas compreendam, seja do Executivo, Legislativo ou do Judiciário, como essa polarização não contribui para tirar o Brasil dessa crise econômica, que já dura uma década." Moreira Franco, que também governou o Rio, ajudou na equipe de transição da gestão FHC em 2002, após a primeira vitória de Lula, considerada um exemplo de colaboração. Foi a primeira realizada após a regulamentação da lei, que ocorreu no mesmo ano. Na

época, a equipe do presidente eleito visitou ministérios e secretarias. Fernando Henrique encarregou seus ministros de nomearem interlocutores para o grupo de transição.

Entre as regras definidas, está a que diz que decisões cujos efeitos extrapolem 31 de dezembro seriam discutidas com o governo eleito. Segundo Moreira Franco, o processo foi "absolutamente humanizado, co-laborativo e solidário". Apesar disso, houve críticas da equipe do governo Lula, na época comandada por Antonio Palocci, sobre políticas adotadas até então pela gestão de FHC.

Moreira Franco considera declarações recentes de Bolsonaro para afirmar que ele tem dado indícios de que "não irá criar problemas" durante a transição para o petista. "Lula também deve trabalhar para uma transição pacífica. E é urgente que nosso País seja pacificado. As pessoas continuarão tendo suas posições políticas ideológicas, mas respeitando a opinião das outras. O que é fundamental, porque a ideologia não gera emprego nem promove crescimento." HISTÓRIA. Desde a redemocratização, o Brasil já teve cinco gabinetes de transição, três desde a regulamentação da lei. Em 1985, ficou para a história a saída do general João Figueiredo pela porta dos fundos do Palácio do Planalto, sem participar da posse do então vice-presidente eleito José Sarney. Era uma transição também para um novo período democrático no País. Tancredo Neves estava hospitalizado e morreu sem nunca assumir a Presidência.

Durante a transição do governo Sarney para Fernando Collor, em 1990, o presidente eleito se instalou com sua equipe no anexo do Itamaraty, conhecido como "Bolo de Noiva". Um dos objetivos do grupo de 70 técnicos era já adequar programas para os idealizados por Collor. Mesmo quando Dilma Rousseff substituiu Lula, houve um gabinete de transição em 2010, coordenado por **Temer**.

Segundo a lei, o governo eleito deve ter acesso a informações sigilosas disponíveis no Portal da Transição e no chamado Livro Branco do Planejamento, que faz um resumo das principais ações realizadas pelos ministérios. Apesar de não estar expressamente previsto na lei, se o atual governo se recusar a fornecer alguma informação para

o novo eleito, os **servidores públicos** podem ser punidos pela Justiça por desobediência, diz a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, Cristiana Fortini. "A lei foi feita em um momento de antagonismo entre PT e PSDB, pensando no momento de transição mais civilizado, para evitar a ruptura e a descontinuidade entre governos distintos, tornando possível o acesso de informações importantes para que o presidente que assuma consiga exercer o cargo", disse.

Professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Ari Sundfeld aponta que, caso haja qualquer impasse da atual administração, como recusa em nomear os servidores, a equipe de transição pode entrar na Justiça. "O descumprimento de ordem judicial é crime e pode levar a prisão em flagrante daqueles que se recusam a cumprir, segundo o regime em relação à transição de governo previsto na lei." Os integrantes do grupo de transição recebem salários que variam de R\$ 2.701,46 a R\$ 17.327,65, a depender da complexidade do posto. O custo total do gabinete é de até R\$ 995 mil. Eles devem ser nomeados até amanhã e podem trabalhar até dez dias após a posse.

ESBOÇO. Na prática, essa equipe funciona como esboço do que será o governo eleito. Os grupos são divididos em áreas técnicas e temáticas, que variam de acordo com o governo eleito. A tendência é de que esses técnicos assumam os órgãos da mesma área. Na transição entre **Temer** e Bolsonaro, o ex-juiz Sérgio Moro - hoje senador eleitor pelo União Brasil - foi coordenador do grupo técnico de Justiça; Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura; e Ricardo Salles, do Desenvolvimento Sustentável. Todos se tornaram ministros depois.

Essa equipe não pode compartilhar as informações recebidas. A lei diz que eles "deverão manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização". É possível ainda existirem voluntários, sem remuneração. Bolsonaro teve a ajuda de 217 pessoas. Uma delas foi o diretor da Fatec de São José dos Campos Luiz Antônio Tozi, que depois se tornou secretário executivo do Ministério da Educação em 2019. Ele conta que havia muitos militares na equipe, o que não foi frequente em outras transições. "Os militares tentavam fazer uma blindagem para não haver indicações políticas, mas nem sempre dava certo."»

São Paulo nas mãos de Tarcísio (Editorial)

A maioria dos eleitores paulistas decidiu confiar ao engenheiro carioca Tarcísio Gomes de Freitas o governo de São Paulo, que não apenas é o Estado mais rico da Federação, como figura entre os mais importantes centros de desenvolvimento financeiro, agropecuário e tecnológico do mundo.

Com um **PIB** de R\$ 2,35 trilhões, o Estado de São Paulo é a terceira maior economia e o terceiro maior mercado consumidor da América Latina, de acordo com a Fundação Seade. À luz desse indicador, fosse um país, São Paulo estaria entre as 50 nações mais ricas do mundo, à frente de Argentina, Bélgica, Chile e Portugal, por exemplo.

Por fim, é neste Estado que vive um quinto da população brasileira, quase 45 milhões de habitantes, com todos os desafios e oportunidades que podem advir da concentração desse enorme contingente de pessoas em um mesmo lugar.

Como se vê, governar São Paulo já seria um desafio monumental para qualquer político, mesmo os mais experimentados em cargos executivos. A faina será ainda maior para alguém como Tarcísio, que jamais exerceu um mandato eletivo. Seu futuro governo, pois, se apresenta para os paulistas como uma grande incógnita.

No entanto, ao governador eleito são devidos o benefício da dúvida e uma dose de esperança. Embora jamais tenha disputado eleição, Tarcísio já serviu a diferentes governos, de Dilma Rousseff (PT) a Jair Bolsonaro (PL), passando por Michel **Temer** (MDB).

Nos cargos públicos que ocupou, Tarcísio sempre desempenhou com relativo sucesso todas as atribuições que lhe foram dadas.

Nessas passagens pela administração pública federal, Tarcísio se notabilizou por seu perfil técnico, derivado de uma sólida formação acadêmica, e pela urbanidade com que trata seus interlocutores, mesmo os que estão em campos políticos adversários. Uma mostra desse perfil foi dada durante a campanha para o Palácio dos Bandeirantes, que, ao contrário da campanha para a Presidência, foi um tanto mais propositiva e bem mais civilizada.

Este jornal espera que, uma vez empossado como governador de São Paulo, em janeiro, Tarcísio se dispá do bol-sonarismo tacanho que o ajudou a se

eleger e encarne o bom gestor que demonstrou ser nos cargos que ocupou no governo federal. A eleição acabou. Há um Estado complexo a ser governado, com muitos problemas, mas também com muitas oportunidades para crescer ainda mais.

É dever de Tarcísio coadunar suas ações como chefe do Poder Executivo estadual com os anseios e as preferências dos paulistas em áreas sensíveis como saúde, educação e segurança pública.

O governador eleito deve abandonar, por exemplo, a ideia de abolir as câmeras das fardas dos policiais militares, uma das mais bem-sucedidas políticas públicas de segurança pública já implementadas no Estado, após muitos anos de estudo. As bodycams são aprovadas pela grande maioria dos paulistas, inclusive pelos próprios policiais. Tarcísio também fará enorme bem ao Estado se, ao contrário de seu padrinho político, desestimular o armamento desenfreado da população travestido de exercício da "liberdade individual".

É também sob esse falso pretexto que o futuro governador passou a defender a "liberdade" dos paulistas de não se vacinarem contra a covid-19. Tarcísio chegou a prometer que revogaria medidas que tornaram a vacinação obrigatória entre os **servidores públicos** estaduais. Ora, São Paulo liderou o esforço nacional para que todos os brasileiros tivessem acesso às vacinas. Ir de encontro a essa história não só seria uma insensatez do ponto de vista sanitário, como uma traição ao legado do Estado para que o País superasse a pandemia.

"É hora de um governo eficiente e de esperança", diz o material de campanha de Tarcísio. A eficiência, o governador eleito já demonstrou ter ao longo de sua trajetória como servidor e ministro; já a esperança depende de sua disposição de governar para todos, desanuviando o clima de confronto e tensão que divide o País. Quanto menos bolsonarismo e mais espírito público, melhor.»

Ex-ministro buscará perfis técnicos, mas vai ter pressão de bolsonaristas



Tarcísio foi eleito com apoio do bolsonarismo e de políticos fortes no Estado, como Gilberto Kassab

lar-
ira,
afio
po-
não
ple-

ADRIANA FERRAZ GUSTAVO QUEIROZ

A estreia vitoriosa de Tarcísio de Freitas (Republicanos) nas urnas lhe dará o comando do Estado mais rico do Brasil e, por isso, também um dos mais desiguais e carentes por uma oferta ampliada de serviços públicos de qualidade. Mas, além dos desafios diários de governar para mais de 45 milhões de habitantes, o ex-ministro de infraestrutura terá de decidir se mantém-se fiel ao perfil moderado apresentado aos eleitores ou se assume o bolsonarismo diante da vitória nacional do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Apesar de respaldado também por partidos que não compuseram a base oficial do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao longo dos últimos quatro anos, como o PSDB e o PSD, Tarcísio vai ter de ser mais político do que técnico na montagem de seu governo. As pressões já começaram antes mesmo de as urnas serem fechadas, com indicados para manter sua influência ou avançar sobre novas pastas.

Para o cientista político Marco Antonio Carvalho Teixeira, da FGV-SP, o primeiro desafio do ex-ministro é mesmo o político. Carioca, Tarcísio não tem base no Estado e deve delegar a articulação para aliados como o PL, de Valdemar da Costa Neto, além de depender de interlocutores para pautar sua agenda. "O arranjo de governabilidade vai ser crucial. E ele vai precisar aprender fazendo, já que nunca ocupou um cargo político no sentido estrito", aponta Teixeira.

Sem quadros próprios, Tarcísio repetiu ao longo da campanha que iria montar um secretariado técnico, especialmente em áreas que considera sensíveis e

nas quais tem mais familiaridade, como Transporte e Logística e Habitação. Além de nomes como de Guilherme Afif, ex-governador de São Paulo que foi assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes; do médico Eleuses Paiva, que deve assumir a secretaria da Saúde; e de Rafael Benini, que atuou na Agência de Transporte do Estado de São Paulo; Tarcísio já indicou que a diretora executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Martha Seil-lier, pode assumir uma das pastas da área.

O Estadão apurou que o economista Samuel Kinoshita, a engenheira Priscilla Perdicaris e o administrador Marcelo Branco, ligado a Gilberto Kassab, são outros nomes considerados para compor o governo. Após receber o apoio do governador Rodrigo Garcia (PSDB), os tucanos também esperam espaço na máquina que comandaram por quase três décadas.

TRANSIÇÃO. A transição de um governo para o outro vai exigir posicionamentos do novo governador em pautas encampadas por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro que Tarcísio recuou ao longo da campanha, como o uso de câmeras corporais, a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a vacinação de **servidores públicos**.

Com sua vitória em São Paulo e a derrota de Bolsonaro na disputa nacional, o ex-ministro passa a ser o principal representante do bolsonarismo na chefia de uma estrutura do poder Executivo. O ponto-chave do início de seu governo, apontam especialistas, se baseia na capacidade política de Tarcísio de evitar que o Estado se torne uma ilha bolsonarista.

O cientista político do movimento Voto Consciente, Bruno Silva, argumenta que a aliança com Garcia no segundo turno pode ser fundamental para ocupar o campo que era dos tucanos no Estado.

"Tarcísio é uma liderança que se constituiu no Estado caminhando na rabeira de Bolsonaro, tanto é que nacionalizou (a disputa na campanha). Se fizer uma leitura política mais apurada do que está em suas mãos, pode tentar construir uma base e ocupar um campo que era dos tucanos", afirmou Silva.

O ex-ministro já disse que vai dar continuidade a

algumas políticas no Estado, sem intenção de fazer uma "destu-canização" na máquina, mas quer promover uma "aceleração" em outras áreas.

Silva cita que as políticas educacionais podem ficar à prova neste contexto. A base evangélica que o apoiou na campanha, e que sustenta o Republicanos, por exemplo, pode criar pressões para pautar temas dentro das escolas ou mesmo pleitear um aumento das escolas cívico-mili-tares.

Teixeira também vê como um desafio para o novo governador conciliar a influência da Igreja Universal com os desafios do governo por área. "Quando você é governo, precisa equilibrar o técnico e o político. Temos um outro problema que tem a ver com esse arranjo do entorno dele, que defende o armamentismo, venda de armas. Vai vir muita coisa nesse segmento." colaborou pe- DRO VENCESLAU

.....

“Tarcísio é liderança que se constituiu no Estado caminhando na rabeira de Bolsonaro tanto é que (ele) nacionalizou (a disputa na campanha). Se fizer uma leitura política mais apurada do que está em suas mãos, pode tentar construir uma base e ocupar um ampo que era dos tucanos”

Bruno Silva

**Cientista político do
Movimento Voto Consciente**

.....

Paulo Dantas (MDB) supera escândalo e é reeleito em AL

José Florentino De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

"Na democracia, decisão do povo é soberana", diz Onyx

PAULO EGÍDIO paulo.egidio@zerohora.com.br

Quatro semanas depois de liderar o primeiro turno, Onyx Lorenzoni viu escapar entre suas mãos o sonho alimentado há mais de duas décadas de se tornar governador do Rio Grande do Sul. Com 100% das urnas apuradas, o candidato do PL conquistou 42,88% dos votos, ante 57,12% do governador reeleito Eduardo Leite (PSDB).

Onyx ficou atrás na apuração desde o início, e a derrota foi matematicamente confirmada às 19h em ponto, com 90,26% das urnas apuradas. Muito antes, com cerca de 20% dos votos contados, apoiadores do candidato verificaram que a dobradinha com Bolsonaro não estava surtindo efeito e já se consolavam, cientes do revés, no lobby do hotel em que ele aguardou o resultado. Àquela altura, o presidente somava 60% dos votos apurados no Estado, mas Leite já aparecia na frente.

Depois da confirmação do resultado, o ex-ministro se pronunciou em uma sala reservada, sem responder perguntas de jornalistas. No discurso, aceitou a derrota para Leite e atribuiu o resultado à "união das esquerdas", em referência ao apoio crítico do PT ao tucano no segundo turno.

- A eleição do segundo turno, como eu dizia sempre, é uma outra eleição. Houve uma reacomodação de forças, houve a união das esquerdas no Rio Grande do Sul, e essa união acabou definindo a eleição - avaliou Onyx.

O candidato derrotado também relatou que telefonou a Leite para cumprimentá-lo pela vitória.

- Desejei que ele consiga, nos próximos anos, corresponder às expectativas do povo gaúcho. Na democracia, a decisão do povo é soberana.

Críticas

Durante o pronunciamento, Onyx chegou a dizer que não estava "convencido" do resultado da eleição nacional, que àquela altura apontava vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre Jair Bolsonaro (PL), a quem serviu como ministro. Ao mesmo tempo, antecipou críticas e previsões negativas sobre o futuro governo federal:

- Os riscos que a democracia e a sociedade brasileira irão correr a partir da confirmação da vitória da chapa de Lula no segundo turno serão rapidamente compreendidos. Tenho dúvidas, e continuo com severas dúvidas sobre o resultado nacional, mas pelo distanciamento do processo nacional como candidato aqui no RS não me permite avançar mais do que isso.

Aos 68 anos, após cumprir sete mandatos no Legislativo e passar por cinco ministérios, será a primeira vez que Onyx fica sem mandato desde 1994, quando se elegeu pela primeira vez deputado estadual.

Saudação

O candidato do PL também agradeceu a deputados que apoiaram sua candidatura e citou nominalmente o senador Luis Carlos Heinze (PP) e quadros dissidentes do MDB que o apoiaram no segundo turno, como o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo.

- Vamos continuar firmes, não temos do que nos envergonhar. Na primeira batalha, nós vencemos. Na segunda, não vencemos. Mas outras batalhas virão, porque nosso destino é proteger o Rio Grande e proteger o Brasil e fazer com que ambos possam estar sempre unidos dentro do processo democrático com nossa liberdade garantida.

Por fim, Onyx disse que dormirá "angustiado" com a vitória do PT na eleição nacional:

- Não tenho nenhuma dúvida que a volta desse grupo político ao poder colocará a democracia e a liberdade brasileira sob risco. Anotem, podem ser proféticas essas palavras. Espero que não, mas temo pela democracia e pela liberdade no Brasil.

Dificuldades na reta final da campanha

A chave para entender a derrota de Onyx Lorenzoni no segundo turno passa pela compreensão de sua estratégia de campanha, que teve como ativo principal a ligação com o presidente Jair Bolsonaro. A aposta do candidato e de sua equipe sempre foi vincular a campanha estadual à nacional, para colher os frutos da popularidade de Bolsonaro ao Estado.

Embora o presidente tenha chegado na frente no Rio Grande do Sul, com 56% dos votos válidos, a conexão foi menor do que Onyx esperava, e uma parcela de eleitores de Bolsonaro optou por Eduardo Leite, o que foi decisivo para garantir a vitória do tucano. Além disso, ao mesmo tempo em que catapultou Onyx ao segundo turno, o bolsonarismo funcionou como uma espécie de trava, inviabilizando quase totalmente a conquista de eleitores do terceiro colocado no primeiro turno, Edegar Pretto (PT).

Onyx chegou a acenar aos **servidores públicos**, prometendo reajustes salariais e benefícios, mas o movimento não foi suficiente para conquistar parte expressiva do eleitorado que teria optado por Pretto no turno anterior.

Outro ponto que prejudicou Onyx foi o desempenho nitidamente inferior ao do adversário nos debates de segundo turno, reconhecido até mesmo por apoiadores do ex-ministro. Em muitos casos, o candidato do PL partiu para o ataque e não conseguiu apresentar propostas concretas, ao contrário de Leite, que intercalou o confronto com a menção a números do governo e ideias para uma futura gestão.

Debates

Dois episódios específicos se espalharam pelas mídias sociais retrataram a dificuldade de Onyx de se contrapor o oponente. O primeiro foi a discussão sobre o regime de recuperação fiscal (RRF) no embate da Rádio Guaíba, em que foi questionado nove vezes sobre uma alternativa ao acordo firmado por Leite, mas não conseguiu dar uma resposta definitiva. O segundo, no último debate, da RBSTV, foi quando disse que "a melhor vacina que existe é pegar a doença" durante discussão sobre a pandemia de coronavírus.

Nos embates, Onyx tentou reforçar pontos de desgaste do tucano, como a renúncia ao cargo, as medidas restritivas adotadas durante a pandemia e a pensão recebida por Leite como ex-governador, mas a estratégia não surtiu efeito.

A campanha do candidato do PL já havia sofrido um revés quando ele se negou a cumprimentar o tucano depois do debate na Rádio Gaúcha. Na ocasião, argumentou que fora acusado injustamente de cometer homofobia velada em seu programa de rádio. Onyx e sua equipe jamais admitiram essa intenção, mas a narrativa acabou prejudicando a campanha.

- Foi um momento duro, triste. Ele nunca deixou de se posicionar e dar discursos incisivos em 30 anos, e jamais teve uma vírgula no sentido de misoginia, homofobia, nada. Não é racional que ele fosse fazer

isso em uma eleição para o governo em que estava na frente - justificou o deputado Rodrigo Lorenzoni, filho do candidato.

Por fim, Onyx participou de escassas atividades de rua na semana decisiva, optando por conceder entrevistas a veículos do interior do Estado e participar de encontros restritos com apoiadores e cabos eleitorais. A campanha de rua foi reforçada na reta final pelo prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, mas isso foi insuficiente para reverter ou mesmo estancar a vantagem de Leite na Capital.

Questionado na quarta-feira sobre a presença reduzida de Onyx nas ruas, Melo tergiversou, mas não discordou do diagnóstico.

- Estou fazendo o que posso para ajudar - comentou o prefeito.

Estratégia

Durante todo o segundo turno, os apoiadores insistiram na necessidade de se aproximar do eleitorado de menor renda, sobretudo nas regiões periféricas na Capital e dos municípios vizinhos. A preocupação foi externada pelo deputado Giovani Cherini, um dos estrategistas da campanha, em reunião com cabos eleitorais:

- Não adianta ficar só no zap zap. Muitas vezes, o pobre tem um celular que nem consegue abrir o vídeo que enviamos. Esse eleitor que precisamos buscar, do bairro, da vila - apelou Cherini.

A despeito da convocação, a dificuldade se confirmou nas urnas, com a votação de Porto Alegre mostrando-se decisiva para a derrota de Onyx. Na Capital, Leite arrematou 68,99% dos votos, mais do que o dobro de Onyx, que ficou com 31,02%.

Além da Capital, a grande decepção da campanha foi Caxias do Sul, onde o candidato do PL estimava fazer o dobro dos votos de Leite, mas a eleição foi equilibrada do início ao fim e terminou com uma surpreendente vitória do tucano.

Outro fator avaliado como decisivo por integrantes da campanha para o insucesso é a falta de inovação nos programas de rádio e televisão. Ao contrário do adversário, Onyx não inovou na propaganda de segundo turno e permaneceu com o mesmo tom do primeiro.

As críticas ao adversário foram mais brandas que os ataques recebidos. Como tinha menos espaço no turno anterior, dedicou a maior parte do tempo a listar propostas como a abertura de clínicas de

especialidades para a saúde, a criação de um programa de irrigação para o agronegócio e a concessão de um complemento ao Auxílio Brasil. No entanto, não as detalhou com profundidade.

A linha da campanha incomodou aliados, que cobraram uma reação no mesmo tom aos ataques recebidos de Leite, mas as reclamações não surtiram efeito.

O principal foco de ataques ao candidato do PL foi a admissão de que recebeu dinheiro não contabilizado para as campanhas de 2012 e 2014, prática conhecida como caixa 2. Onyx sempre respondeu que havia se "resolvido com Deus" e que o povo gaúcho o conhecia, mas se recusou a enfrentar o tema e explicar o caso.

66 Houve uma reacomodação de forças, houve a união das esquerdas no Rio Grande do Sul, e essa união acabou definindo a eleição.

66 Desejei que ele (Eduardo Leite) consiga, nos próximos anos, corresponderas expectativas do povo gaúcho. Na democracia, a decisão do povo é soberana.

66 Tenho dúvidas, e continuo com severas dúvidas sobre o resultado nacional, mas pelo distanciamento do processo nacional como candidato aqui no RS não me permite avançar mais do que isso.

66 Na primeira batalha, nós vencemos. Na segunda, não vencemos. Mas outras batalhas virão, porque nosso destino é proteger o Rio Grande e proteger o Brasil e fazer com que ambos possam estar sempre unidos dentro do processo democrático com nossa liberdade garantida.

ONYX LORENZONI Candidato a governador pelo PL

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Tarcísio entre o bolsonarismo e o pragmatismo (Artigo)

Vanessa Elías de Oliveira, Cientista política, é professora de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

O estado de São Paulo, estado com eleitorado conservador e antipetista, sobretudo no interior, garantiu a vitória de Tarcísio de Freitas (Republicanos) sobre Fernando Haddad (PT). Esta traz consigo mudanças relevantes na política paulista.

Além de significar uma vitória importante para o bolsonarismo, ela ratifica o fim de quase 30 anos de hegemonia tucana no estado, com impactos inegáveis para o futuro do PSDB. Além disso, demonstra a mudança da política e das políticas públicas paulistas para um lugar bem mais à direita do que já se encontrava antes, seguindo a tendência nacional -a centro-direita perdeu lugar para a extrema direita Brasil afora.

Surfando no ultraconservadorismo bolsonarista, a campanha de Tarcísio se ancorou em temas clássicos da direita: a questão da segurança pública, com a proposta polêmica de revisão do uso de câmeras acopladas aos uniformes da PM; a concessão e privatização de ativos como os portos de Santos e de São Sebastião, do aeroporto de Congonhas e da Sabesp; a **reforma tributária**, com redução do ICMS e do IPVA, dentre outras. Estes temas ganharão espaço na política e na condução das políticas públicas em São Paulo, como o próprio candidato fez questão de ressaltar ao longo da campanha.

Contudo, sabemos que campanha é uma coisa, governo é outra. Tarcísio é tido como um bolsonarista menos radical e se encontra diante de pressões antagônicas. Deve tentar se distanciar do radicalismo uma vez no governo, buscando agradar eleitores de centro. Essa estratégia, no entanto, dependerá do quanto o futuro governador conseguirá se livrar politicamente dos colegas bolsonaristas que serão desalojados do governo federal. Sendo muitos a serem encaixados em cargos no estado de São Paulo, mais difícil será para Tarcísio se afastar das pautas conservadoras do bolsonarismo raiz.

Além disso, o perfil mais ou menos bolsonarista dos políticos que assumirão cargos-chave no governo estadual vai definir o padrão de confronto entre este e

o governo federal. Desalinhamentos político-partidários entre diferentes níveis de governo fazem parte da democracia, mas o cenário atual de enfrentamento político e social entre lulistas e bolsonaristas pode criar um desalinhamento conflituoso, acirrando os embates entre o governador e o presidente da República como forma de manter a tática que garantiu o sucesso do bolsonarismo no Senado, na Câmara dos Deputados e em vários governos estaduais.

Se por um lado esse desalinhamento conflituoso faz sentido como tática de sobrevivência do movimento bolsonarista, por outro ele pode ter custos elevados para um governo estadual que precisa estabelecer um relacionamento institucional pragmático com o federal, o que é central para o desenvolvimento das políticas públicas no estado. Ficará claro aí o quanto Tarcísio é de fato representante do bolsonarismo ou apenas se beneficiou circunstancialmente dele.

[...] [Tarcísio] deve tentar se distanciar do radicalismo, buscando agradar eleitores de centro. Essa estratégia, no entanto, dependerá do quanto o futuro governador conseguirá se livrar politicamente dos colegas bolsonaristas que serão desalojados do governo federal

Vanessa Elías de Oliveira, Cientista política, é professora de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50081>

Desafios para o próximo mandato - HENRIQUE MEIRELLES



HENRIQUE MEIRELLES

Após o fim de uma campanha eleitoral com pouco espaço para discutir o Brasil e seus problemas, é hora de olhar para 2023 com a devida atenção. É provável que nunca um governo tenha tido de começar a gestão com tantos desafios e em meio a tantas dificuldades. Mas, com as ideias e a execução corretas, são desafios transponíveis. Será fundamental para o sucesso do governo tomar as atitudes certas logo na largada.

Como já escrevi, será um ano difícil. As maiores economias do mundo enfrentarão uma recessão, em luta contra a **inflação** alta. Um país em especial, a Inglaterra, enfrenta maiores dificuldades e mantém o mercado em alerta. Há uma guerra que, além de tudo, alimenta a **inflação**. Uma tensão inédita em décadas cerca as maiores potências - EUA, China e Rússia.

Não é um mundo favorável.

O Brasil o enfrentará com uma taxa de juros elevada para diminuir a **inflação**, baixa perspectiva de crescimento, contas públicas em desordem e sob risco de desconfiança do mercado.

Em primeiro lugar, o Brasil precisa resgatar a confiança perdida.

Terá de deixar clara a retomada do compromisso com a responsabilidade fiscal e controle da dívida. O desafio fica maior porque terá de fazer isso dando garantia aos gastos sociais, compromisso assumido na campanha. Neste momento não é possível voltar atrás num Auxílio de R\$ 600. O Brasil pode fazer isso se deixar claro que usará 2023 para colocar as coisas no lugar, com o claro compromisso de retomar a âncora fiscal em 2024. Unir a responsabilidade fiscal e a social será o maior dos desafios. Será preciso reajustar o Estado. O governo terá de ter coragem para propor reformas estruturantes.

Não há mais como postergar.

Não há mais espaço no orçamento para desperdícios.

A reforma administrativa é essencial para corrigir distorções e abrir espaço para investir no social e em infraestrutura.

A **reforma tributária** precisa ser retomada, com o substitutivo proposto pelos Estados. Ao descomplicar este setor, o Brasil superará um obstáculo histórico e atrairá investimentos.

Um aviso: sei o quanto é difícil fazer reformas. Negociei a reforma da Previdência, que deixamos pronta e foi aprovada em 2019. É um trabalho duríssimo, exaustivo. Mas tem de ser feito.

Por fim, não será possível fazer nada sem retomar a transparência total do orçamento. Um orçamento secreto não é admissível neste momento histórico.

O poder de alocar recursos deve vir acompanhado da transparência para quem o sustenta - a população -, da responsabilidade de quem direciona este gasto e da avaliação de sua utilidade.

Não há tempo a perder.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Republicanos e PL avançam no controle de receita dos Estados

Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Republicanos e PL avançam no controle de receita dos Estados

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

'Investimento de qualidade explica por que PIB surpreende'

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Cotado para integrar governo, Meirelles defende reforma administrativa

Rosana Hessel

Luiz Inácio Lula da Silva enfrentará desafios redobrados no seu terceiro mandato como presidente da República. No primeiro discurso como presidente eleito, ontem, Lula afirmou que sua prioridade será acabar com a fome no Brasil. O Brasil é minha causa, o povo é a minha causa, e combater a miséria é a razão pela qual eu vou viver até o fim da minha vida, disse. Sem dar pistas sobre quem estará à frente da equipe econômica do novo governo, o petista foi enfático ao afirmar que vai fazer a roda da economia voltar a girar. Mas, para cumprir promessas como retomar o aumento real do salário mínimo, recuperar o programa Minha Casa Minha Vida, manter o auxílio de R\$ 600 para os mais vulneráveis, conceder isenção do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, e, ainda, criar um programa para os endividados, é preciso arrumar fontes de receita, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Essa tarefa não será fácil, especialmente porque o atual governo deixará como herança um rombo fiscal gigantesco, devido à série de benefícios adotados nos últimos meses para pavimentar a reeleição de Bolsonaro, que acabou derrotado. As estimativas desse buraco fiscal, entre analistas do mercado, variam de R\$ 150 bilhões a R\$ 430 bilhões. No discurso, Lula disse que não tomará decisões que impactam a vida dos brasileiros em sigilo, e que pretende restabelecer o diálogo com a sociedade e os empresários, recriando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conhecido como Conselho, extinto no governo Bolsonaro.

Para mostrar que não partirá para aventuras populistas, sem compromisso com a responsabilidade fiscal, Lula, segundo analistas, precisará se distanciar de economistas da esquerda tradicional e escolher, para o comando da equipe econômica, alguém com perfil de centro, que possa recuperar a capacidade de controlar as despesas, depois que o atual governo destruiu a última âncora fiscal em vigor: o teto de gastos.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, avaliou que a falta de informações sobre os futuros integrantes da equipe econômica, no discurso da vitória de Lula, era esperada. Ele não deu nenhum sinal. Colocou o que se imaginava de salário mínimo,

Minha Casa Minha Vida e esse programa de ajuda a quem está endividado. O pronunciamento inicial foi mais de conciliação, porque precisava ser mais nesse tom do que falar de ajuste mesmo, e ele falou o essencial, afirmou. Segundo Vale, o próximo governo terá que lidar com um rombo nas contas acima de R\$ 100 bilhões e precisará de um waiver (licença para aumento de gastos) em 2023 para conseguir governar e aprovar um novo arcabouço fiscal.

O ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles, responsável pela implementação do teto de gastos, em 2016, e cotado para compor a equipe econômica de Lula, aposta na reforma administrativa como prioritária para abrir espaço fiscal para as medidas que o presidente eleito defende. A prioridade no início do governo seria criar fontes de receita para os programas sociais e os investimentos em infraestrutura. Nesse sentido, a reforma administrativa seria fundamental, porque eliminaria despesas desnecessárias e criaria condições de estabilidade e de responsabilidade fiscal para que se possa ter investimentos em toda a economia, criando emprego e renda em toda a sociedade brasileira. Esse é o caminho, afirmou Meirelles ao Correio.

Meirelles, que ocupou recentemente a secretária de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, reconheceu a necessidade de uma discussão sobre novas regras fiscais, e também defendeu um waiver de gastos em 2023, mas com a manutenção de um limite para as despesas. A minha sugestão é que se faça uma excepcionalidade (para as despesas) e a reforma administrativa, em 2023, para criar espaço dentro do teto para investimentos em infraestrutura. Isso é muito importante para discutir, com calma, se é necessária uma reformulação das regras fiscais ou um ajuste no teto, acrescentou.

Modelo paulista

Meirelles descartou a proposta de reforma administrativa da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, a PEC 32/2020. A matéria está empacada há dois anos no Congresso - e é combatida ferrenhamente pelos **servidores públicos**, uma das bases políticas do PT. Segundo ele, será preciso fazer uma reforma como a que ele conduziu no estado de São Paulo. Foi um modelo muito bem sucedido,

porque o Orçamento estava justo e, depois das mudanças, entrou um saldo em caixa de mais de R\$ 50 bilhões. E isso foi resultado de uma reforma bem feita, afirmou, sem fazer estimativas do impacto de uma medida parecida no governo federal. É preciso analisar as contas do governo e verificar o que pode ser feito. Ainda é prematuro fazer estimativas de números.

O ex-ministro também defendeu uma **reforma tributária** ampla e não as propostas enviadas por Guedes ao Congresso, com mudanças no Imposto de Renda, que está parada no Senado. Questionado se já conversou com Lula, Meirelles afirmou que ainda não é o momento, porque é necessário, agora, um intervalo para a tomada de decisões. É preciso acalmar, ver as prioridades na Saúde, na Educação, na Segurança e, a partir daí, começar as discussões de política econômica. Mas tudo no tempo certo, disse.

Analistas ouvidos pelo Correio observam que, para conseguir governabilidade, Lula precisará negociar tanto com congressistas que participaram da frente ampla que o elegeu quanto com o Centrão. Na avaliação do cientista político e especialista em relações internacionais Wagner Parente, CEO da BMJ Consultores Associados, a primeira batalha de Lula será reconquistar o orçamento público. Ela começará mesmo antes de assumir em janeiro. É bem provável que haja a tentativa de tornar o orçamento secreto impositivo por meio de uma emenda constitucional. Caso essa manobra seja bem-sucedida, Lula assumirá com menos força para negociar com o Congresso, destacou.

O segundo desafio será manter unida a frente ampla que o elegeu. O Partido dos Trabalhadores não é conhecido por dividir o poder. Caso os cargos mais importantes sejam ocupados com nomes como Fernando Haddad, Aloizio Mercadante e Gleisi Hoffmann, é bem provável que a base se esfacela antes da posse, alertou. Por fim, de acordo com Parente, será muito importante buscar o retorno da tranquilidade institucional, em especial na relação com o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional - fundamental para prover a estabilidade que atrai investimentos, emprego e renda.

O cientista político Christopher Garman, diretor para as Américas do Eurasia Group, destacou que o novo governo deverá começar com um tom moderado. Lula vai precisar governar com o centro político e a indicação dele nessa direção foi a escolha de Geraldo Alckmin como vice na chapa. Acredito que ele terá um papel importante na atuação do governo, inclusive, para escolher os integrantes da equipe, pontuou.

Turbulência

Na avaliação de Garman, o cenário econômico será mais turbulento em 2023, com desaceleração das economias global e brasileira. O ambiente será difícil para Lula, porque a economia vai desacelerar e o cenário político será adverso. Vemos que a lua de mel dos presidentes de esquerda eleitos na América Latina com a opinião pública foi curta e a aprovação, agora, está baixa, salientou. Para ele, o desafio maior do novo governo será conciliar a demanda de mais gastos sem gerar uma crise de confiança. Será preciso fazer a economia crescer, de modo a ampliar o gasto público sem aumentar a carga tributária. Lula estará em uma linha tênue no início de governo.

Ele lembrou que, entre as apostas para a equipe econômica, além de Meirelles, está o economista Persio Arida, um dos pais do Plano Real. Não me espantaria com esses nomes, acho que isso ainda está em aberto. Aposto mais em alguém com um perfil mais político, completou.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/10/5048269-cotado-para-integrar-governo-meirelles-defende-reforma-administrativa.html>

Veja as propostas de Lula para a economia

Eleito pela terceira vez presidente do Brasil neste domingo (30), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou em discurso logo após a vitória que começaria imediatamente a montar uma equipe e levantar a atual situação do país para conseguir governar a partir de janeiro de 2023.

Sem um programa de governo detalhado, a campanha de Lula foi acusada de querer um cheque em branco para governar.

Apoiado no segundo turno por ex-adversários, como a senadora Simone Tebet e o presidente do PDT, Carlos Lupi, Lula aceitou encampar propostas dos aliados e, dias antes do segundo turno, divulgou a "Carta para o Brasil do Amanhã", em que elenca 13 pontos prioritários, uma síntese das promessas anunciadas ao longo da campanha .

Encerrada a eleição, o principal desafio de Lula e sua equipe agora será fazer com que as promessas caibam no Orçamento do próximo ano, o que exigiria obter do Congresso uma licença para gastar mais que o permitido pelo teto.

Defende a proteção do patrimônio do país e uso das estatais para o desenvolvimento econômico. Fortemente contrário à privatização da Petrobras, da Eletrobras e dos Correios. Quer também fortalecer bancos públicos para fomentar o desenvolvimento. Em debate na Globo, no entanto, defendeu que estatais ineficientes sejam fechadas.

Em material publicitário, campanha prometeu reajustes acima da **inflação** para o salário mínimo. Política de valorização recuperaria poder de compra da população e é considerada essencial para dinamizar a economia. Em entrevista à Folha , membro da campanha do PT afirmou que ganho real do salário mínimo em 2023 pode ser de 2% .

Em material publicitário veiculado no fim de agosto, campanha passou a prometer mais R\$ 150 por criança de até seis anos (além do mínimo de R\$ 600 por lar) . Programa prevê recuperar características do Bolsa Família e ampliar garantia de cidadania para os mais vulneráveis. Objetivo é avançar por etapas em direção a um sistema universal com renda básica de cidadania

Retomada dos investimentos em infraestrutura e saneamento, reindustrialização em bases tecnológicas e ambientais, além de promover reforma agrária, a economia criativa e a economia verde. Apoio ao

cooperativismo, empreendedorismo e às micro e pequenas empresas

Revogar o teto dos gastos e rever atual regime fiscal brasileiro, para um que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade. Objetivo é "colocar os pobres no Orçamento e os super-ricos pagando **impostos**"

Propõe reforma que simplifique **tributos** e que faça os pobres pagarem menos e os ricos, mais. Também promete combate à sonegação, simplificação de **impostos**, redução da tributação do consumo, e desoneração de produtos com maior valor agregado

Revogação de trechos da reforma trabalhista e nova legislação com proteção social, focada em autônomos, domésticos, teletrabalho, home office e trabalhadores mediados por aplicativos

Reconstrução da seguridade e da **previdência social** para ampla inclusão dos trabalhadores, revisando medidas aprovadas pelo governo Bolsonaro

Tarefa prioritária será coordenar a política econômica para combater a **inflação** e enfrentar a carestia, em particular a dos alimentos e a dos combustíveis e eletricidade

Reverter o processo de desindustrialização e promover a reindustrialização de setores e dos associados à transição para a economia digital e verde; política industrial deve manter o foco nas prioridades do país e alavancar a capacidade tecnológica nacional e a inovação

Garantir a soberania e a segurança energética do país, com ampliação da oferta, aprofundando a diversificação da matriz, com expansão de fontes limpas e renováveis a preços compatíveis com a realidade brasileira

1 - Desenvolvimento econômico com investimentos

Texto afirma que "primeira iniciativa será definir com os governadores dos 27 estados um planejamento para retomar obras paradas e definir obras prioritárias", expansão do mercado interno e uma nova legislação trabalhista. Governo também promete criar um novo programa, "Empreende Brasil", voltado para micro, pequenas e médias empresas, com crédito a juros baixos.

2 - Desenvolvimento social com trabalho e renda

Texto promete um "salário mínimo forte", acima da **inflação**, um novo Bolsa Família com benefício de R\$ 600 e mais R\$ 150 adicionais por criança de até 6 anos, um programa de renegociação de dívidas chamado "Desenrola Brasil", e isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 mensais no contexto de uma **reforma tributária**. A carta fala ainda em igualdade salarial para homens e mulheres, sem especificar quais medidas seriam tomadas para isso.

3 - Desenvolvimento sustentável e transição ecológica

Carta diz que Lula se compromete a zerar desmatamento na Amazônia e emissão de gases do efeito estufa na matriz elétrica, e promete apoiar a agricultura de baixo carbono e familiar. Repete promessa já feita de criação de um Ministério dos Povos Originários e diz que vai acabar com garimpo ilegal em terras indígenas.

4 - Educação

Promete ampliar a Lei de Cotas, incluindo a pós-graduação, e investir em mais universidades. Também diz que vai construir creches, aumentar recursos para merenda escolar, implantar ensino em tempo integral e uma bolsa para estudantes que completarem o ensino médio. Afirma que Lula vai universalizar a banda larga nas escolas e expandir o ensino técnico profissionalizante.

5 - Saúde

Diz que vai "fortalecer" o SUS, retomar o Farmácia Popular, criar o programa "Médicos Pelo Brasil", criar um Centro Nacional de Telemedicina, investir na saúde da mulher e no Programa Nacional de Vacinação.

6 - Habitação e infraestrutura

Promete retomar o programa Minha Casa Minha Vida (que foi rebatizado de Casa Verde e Amarela no governo Bolsonaro), universalizar acesso a luz e água e retomar obras paradas com um Novo PAC.

7 - Segurança

Promete a criação de um Ministério da Segurança Pública, que implementaria um Sistema Único de Segurança Pública. Diz ainda que vai investir na formação e profissionalização de policiais e rever decretos e portarias que permitiram acesso a armas. Também promete enfrentar "o aumento

alarmante de casos de feminicídio e a violência contra

a juventude negra, especialmente nas periferias".

8 - Cultura e esportes

Promete recriar o Ministério da Cultura, que implantaria um Sistema Nacional de Cultura. Também diz que vai retomar o programa Cultura Viva e aumentar o investimento no Bolsa Atleta.

9 - Direitos humanos e cidadania

Diz que vai enfrentar discriminações como machismo, racismo, LGBTfobia e capacitismo. Promete recriar o Ministério da Igualdade Racial e assegurar a liberdade de religião e culto.

10 - Reindustrialização do Brasil

Promete uma "estratégia nacional para avançar em direção à economia do conhecimento", com ênfase "nas indústrias de software, defesa, telecomunicações e outros setores de novas tecnologias".

11 - Agricultura sustentável

Promete investir na Embrapa, criar um Plano de Recuperação de Pastagens Degradadas e reduzir as taxas de juros no Plano Safra, no Pronamp e no Pronaf "para produtores comprometidos com critérios ambientais e sociais". Diz ainda que vai "estabelecer uma política de preços mínimos para estabilizar os preços dos alimentos e garantir comida na mesa das famílias".

12 - Política externa

Promete investir na integração regional no Mercosul, nos Brics, com os países da África, União Europeia e EUA. Diz que vai fortalecer pactos como o da Convenção do Clima.

13 - Democracia e liberdade

Promete fortalecer a democracia e ressalta o compromisso com uma "gestão da economia com credibilidade, responsabilidade e previsibilidade".

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/veja-as-propostas-de-lula-para-a-economia.shtml>

The image is a vertical screenshot of the Folha Online website. At the top, the site's logo and navigation menu are visible. The main content area features a large headline: "Vota se propõe de Lula para a reforma tributária". Below the headline, there is a sub-headline and a short introductory paragraph. The article body consists of several paragraphs of text, interspersed with small images and graphics. On the right side of the page, there is a sidebar with additional news items and advertisements. At the bottom of the page, there is a footer with contact information and social media links.

Reformas e fim do orçamento secreto: Veja a lista de promessas para cobrar de Lula

Por Bianca Gomes, Malu Mões e Sérgio Roxo - São Paulo

Eleito presidente ontem com 50,9% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva volta para seu terceiro mandato no Palácio do Planalto com uma lista extensa de promessas sociais, mas sem esmiuçar pontos fundamentais, como a âncora fiscal do governo ou a estrutura de combate à corrupção.

Ao longo da campanha, Lula foi cobrado a detalhar seu programa de governo, mas resistiu. Em junho, a pré-campanha lançou um conjunto de 121 diretrizes, que incorporava sugestões de partidos da coligação. A versão inicial do PT falava, por exemplo, em revogar a reforma trabalhista aprovada no governo **Temer**. Após divergências, passou a prever a "revogação dos pontos regressivos" da reforma. Foram incorporados ainda acenos a policiais e compromisso com o desmatamento líquido zero.

A proposta era apresentar um plano de governo detalhado após a análise de sugestões enviadas a uma plataforma on-line, mas o PT desistiu por entender que numa disputa com Jair Bolsonaro (PL) não cabia aprofundar o debate programático.

Na semana passada, a campanha lançou a "Carta para o Brasil do amanhã", em que promete combinar responsabilidade fiscal e social. O mercado não recebeu bem o texto.

O doutor em desenvolvimento econômico pela Unicamp Jefferson Mariano avalia que 2023 será difícil para Lula, com pouco espaço no Orçamento. Com a perspectiva de um crescimento pequeno do **PIB**, pondera que as promessas "só avançam com a revogação do teto de gastos", o que o petista já disse que fará:

- Ele ainda terá um problema de todo governo que se inicia: um Orçamento pretérito.

Com os gastos do governo Bolsonaro no último semestre deste ano, Mariano diz que 2023 será difícil do ponto de vista fiscal e que deve haver déficit. O mercado teme que sem o teto haja um rombo nas contas públicas. Mas o especialista considera que com os investimentos públicos e o reaquecimento da economia esta avaliação tende a melhorar.

Para Mariano, implementar a **reforma tributária** será uma das principais dificuldades de Lula, pela resistência de setores do mercado e do Congresso - com o qual a relação tende a ser mais complexa se ele cumprir a promessa de acabar com o orçamento secreto:

- O que o governo pode conseguir inicialmente é alterar a tabela do IR, mas, dependendo da intensidade da correção, ela pode implicar em queda de receita, o que prejudica as contas públicas.

Os casos de corrupção nas gestões petistas foram a maior dificuldade da campanha. Quando instado a apresentar medidas contra novos escândalos, Lula citou mecanismos aprovados em seus governos, como a Lei de Acesso à Informação. O caminho, diz o criminalista Wellington Arruda, passa por restabelecer meios de controle e fiscalização desmantelados ou aparelhados sob Bolsonaro.

Na segurança pública, o plano de governo prevê a recriação de um ministério para a área. Lula precisará ainda contornar o que foi o grande ponto fraco de sua administração neste aspecto, diz Arruda: a sanção da Lei de Drogas.

- A lei é a principal responsável por triplicar a população carcerária - diz o especialista.

Veja a lista das promessas para cobrar de Lula

Lula se compromete a aprovar uma **reforma tributária** "justa" e "sustentável", que resulte na simplificação de **tributos** e pela qual os pobres paguem menos; e os ricos, mais. Ele afirma que mudará as alíquotas do Imposto de Renda, com isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e desconto para a classe média.

O petista garante que acabará com o mecanismo, em vigor desde 2020. No lugar, Lula propõe um orçamento participativo, em que a população poderá opinar, via internet, sobre quais devem ser as demandas prioritárias de investimento.

O presidente eleito assegura que fará o reajuste do piso acima da **inflação** anualmente. Não há ganho real no salário mínimo desde 2019. Ele também diz que irá desenvolver uma nova legislação trabalhista.

Lula promete manter o Auxílio Brasil no valor de R\$ 600. Afirmar ainda que as famílias receberão R\$ 150 a mais por filho de até 6 anos.

Lula anunciou o programa Desenrola Brasil, que vai negociar com o varejo e o sistema financeiro as dívidas das famílias que recebem até três salários mínimos.

O presidente eleito diz que vai garantir comida para as 33 milhões de pessoas que passam fome no Brasil. Ele assegura que vai tirar o país do Mapa da Fome da ONU.

O PT garante o aumento de recursos para a merenda escolar e a universalização da internet nas escolas. Afirmar ainda que ampliará o acesso ao ensino superior, fortalecendo iniciativas como Enem, Prouni e Fies.

O presidente garante recuperar todas as áreas indígenas e acabar com o garimpo e o desmatamento ilegais na Amazônia.

Lula diz que criará uma nova âncora fiscal, mas não detalhou a proposta.

O presidente quer retomar o Minha Casa, Minha Vida e diz que criará nova política aos moldes do antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O mandatário eleito afirma que acabará com a política de Preço de Paridade Internacional (PPI) da Petrobras.

O petista vai se opor às vendas das estatais Petrobras e Correios.

Lula quer assegurar crédito a juros baixos para micro, pequenas e médias empresas.

O PT sustenta que vai restabelecer o programa Farmácia Popular, implantar o Médicos Pelo Brasil, reconstruir o Programa Nacional de Vacinação e ampliar o atendimento à mulher.

Lula promete assegurar os instrumentos de combate à corrupção. Também afirma que vai ampliar a transparência dos órgãos públicos e acabar com os sigilos **impostos** pelo governo Bolsonaro.

O petista promete revogar todos os decretos e portarias que "permitiram o acesso irrestrito às armas".

O petista comprometeu-se a não tentar a reeleição em 2026. Afirmar que recriará todos os ministérios que teve e incluirá pastas como Igualdade Racial, Mulher,

Segurança Pública e Povos Originários.

Lula incorporou propostas da ex-presidenciável Simone Tebet (MDB-MS), como garantir igualdade salarial para homens e mulheres, zerar as filas por vagas de ensino infantil e para procedimentos médicos e oferecer bolsa de R\$ 5 mil ao jovem que concluir o ensino médio.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/reformas-e-fim-do-orcamento-secreto-veja-a-lista-de-promessas-para-cobrar-de-lula.ghtml>

The screenshot shows a news article from O Globo. The main headline is "Reforma e fim de incentivos sociais: Veja a lista de promessas para cobrar de Lula". Below the headline is a photograph of a group of people, including a man in a suit. The article text is partially visible, starting with "A reforma tributária e o fim dos incentivos sociais são duas das principais promessas para cobrar de Lula". The article is organized into several sections, each with a sub-headline and a small image. The sections include: "Reforma tributária", "Fim dos incentivos sociais", "Reforma da Previdência", "Reforma da Justiça", "Reforma da Saúde", "Reforma da Educação", "Reforma da Infraestrutura", "Reforma da Segurança", "Reforma da Gestão Pública", "Reforma da Política Externa", "Reforma da Política Interna", "Reforma da Política Econômica", "Reforma da Política Social", "Reforma da Política Cultural", "Reforma da Política Ambiental", "Reforma da Política Científica e Tecnológica", "Reforma da Política Espacial", "Reforma da Política Marítima", "Reforma da Política Aeroespacial", "Reforma da Política de Defesa", "Reforma da Política de Segurança Nacional", "Reforma da Política de Segurança Internacional", "Reforma da Política de Segurança Cibernética", "Reforma da Política de Segurança Digital", "Reforma da Política de Segurança da Informação", "Reforma da Política de Segurança da Comunicação", "Reforma da Política de Segurança da Infraestrutura", "Reforma da Política de Segurança da Energia", "Reforma da Política de Segurança da Indústria", "Reforma da Política de Segurança da Agricultura", "Reforma da Política de Segurança da Pecuária", "Reforma da Política de Segurança da Pesca", "Reforma da Política de Segurança da Silvicultura", "Reforma da Política de Segurança da Aquicultura", "Reforma da Política de Segurança da Apicultura", "Reforma da Política de Segurança da Avicultura", "Reforma da Política de Segurança da Suinocultura", "Reforma da Política de Segurança da Bovinocultura", "Reforma da Política de Segurança da Caprinocultura", "Reforma da Política de Segurança da Ovinocultura", "Reforma da Política de Segurança da Equinocultura", "Reforma da Política de Segurança da Canicultura", "Reforma da Política de Segurança da Apicultura", "Reforma da Política de Segurança da Sericicultura", "Reforma da Política de Segurança da Alivicultura", "Reforma da Política de Segurança da Melivicultura", "Reforma da Política de Segurança da Apicultura", "Reforma da Política de Segurança da Apicultura", "Reforma da Política de Segurança da Apicultura".

Presidente é o 1º a não se reeleger desde 1997



Com a derrota para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL) se torna o primeiro chefe do Poder Executivo a não conseguir se reeleger para mais um mandato, desde que a emenda que permite a recondução ao cargo foi aprovada, em 1997. O presidente fechou o segundo turno da corrida ao Palácio do Planalto com 49,10% dos votos válidos, contra 50,90% do petista.

De 1997 para cá, nenhum presidente ficou no poder por menos de oito anos. Neste período, foram reeleitos os presidentes Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), foi afastada do cargo por um processo de impeachment. Seu mandato foi completado pelo então vice-presidente Michel **Temer**.

Natural de Glicério (SP), Bolsonaro tem 67 anos, completados em 21 de março. É descendente de imigrantes italianos, que chegaram ao Brasil depois da II Guerra Mundial. Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro, o presidente é casado com Michelle, com quem teve sua quinta filha, Laura. Antes de assumir a presidência, em 2018, construiu uma carreira como um modesto deputado federal, apesar de ter ficado na Câmara por 28 anos - de 1991 a 2018 - como integrante da bancada do Rio de Janeiro.

Alavancado pela onda anti-petista, que tomou corpo no período pré-impeachment de Dilma e por causa dos resultados apresentados pela Operação Lava-Jato, Bolsonaro, à época no PSL, foi eleito presidente com 57,7 milhões de votos (55,13% do eleitorado), batendo Fernando Haddad (PT), que teve 47 milhões de votos

(44,87%). O mote principal foi a promessa de combate à corrupção, tanto que levou para o Ministério da Justiça e Segurança Pública ninguém menos que o hoje senador eleito Sergio Moro (União Brasil-PR), juiz da Lava-Jato.

Com pouco tempo de propaganda de rádio e tevê e sem recursos, Bolsonaro fez das redes sociais sua principal plataforma. Por elas, projetou suas ideias conservadoras, como a pauta antiaborto, contra a legalização da maconha, de combate ao que classifica de "ideologia de gênero" e a favor do armamento da população civil.

Facada

Em Juiz de Fora (MG), a pouco menos de um mês das eleições de 2018, Bolsonaro foi vítima de um atentado à faca, cometido pelo ex-garçom Adelio Bispo de Oliveira, enquanto fazia uma caminhada pelo centro da cidade. O golpe perfurou-lhe o estômago e o futuro presidente ficou em estado crítico. Mas se recuperou, embora as sequelas do ataque tenham obrigado a ele, já ocupante do Palácio do Planalto, a fazer pelo menos três intervenções cirúrgicas.

De acordo com os analistas das eleições de 2018, o atentado - que Bolsonaro sempre atribuiu à esquerda, sem jamais ter comprovado isso - o alavancou nas pesquisas eleitorais. Mas sua eleição pode ser atribuída, também, a um fenômeno até então inédito no Brasil: um bem armado e profissionalizado esquema de mentiras e desinformações disse minadas nas redes sociais.

Desde quando era parlamentar, o presidente coleciona um histórico de declarações e gestos polêmicos. Na sessão da Câmara que aprovou o impeachment de Dilma, disse que seu voto era em memória do coronel Brilhante Ustra, "terror de Dilma Rousseff". O ex-oficial do Exército foi um dos mais brutais torturadores da ditadura militar, e listado no livro Brasil Nunca Mais.

Destempero

Bolsonaro também ficou conhecido por declarações machistas, à homofóbicas e racistas. Antes do episódio relacionado à ex-presidente, ele atacou a deputada Maria do Rosário (PT-RS) ao dizer que ela não merecia ser estuprada porque era "muito feia". Já

presidente, durante o pico da pandemia de covid-19 - que matou quase 690 mil brasileiros -, pregou contra a vacinação, disse que a doença era uma "gripezinha", negou "ser coveiro", defendeu medicamentos sem eficácia comprovada e postergou a compra dos imunizantes.

Para atrair o eleitor mais vulnerável, Bolsonaro aumentou, nos últimos meses, o valor do Auxílio Brasil, do vale-gás e criou subsídios para caminhoneiros e taxistas. Também baixou artificialmente os **impostos** sobre combustíveis para domar a **inflação**, mas não conseguiu reduzir a rejeição ao seu nome, acima de 50% do eleitorado.

Em 7 de Setembro de 2021, fez pesadas críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao ministro Alexandre de Moraes, ameaçando não cumprir mais decisões da Corte máxima de Justiça do país. Na data cívica deste ano, já candidato à reeleição, puxou em plena Esplanada dos Ministérios o coro de "imbrochável" junto aos seus apoiadores.

Na reta final da campanha entre o primeiro e segundo turno das eleições deste ano, Bolsonaro não se afastou das polêmicas. Ele acusou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de boicotar as inserções em rádios da sua campanha - algo que foi reconhecido pelo ministro das Comunicações, Fabio Faria, e pelo coordenador de comunicação do comitê da reeleição, Fabio Wajnagrtten, como uma obrigação do partido do presidente. Sem apoio, sobretudo do Centrão, Bolsonaro recuou nos ataques à Corte.

Na última sexta-feira, no debate na Rede Globo, Bolsonaro, mais do que os ataques a Lula, chamou a atenção por ter abandonado a entrevista pós-evento quando um repórter perguntou a ele porque insistia "na mentira" de atrelar a visita do petista, ao Complexo do Alemão, a um inexistente acordo com os traficantes locais. O presidente reagiu irritado, perguntou se o jornalista o chamava de "mentiroso" e deixou as conversas com a imprensa. (IS com Ronayre Nunes, Francisco Artur e Fabio Grecchi)

Assim como Trump

Jair Bolsonaro segue um roteiro semelhante ao do seu principal referencial político, Donald Trump - a quem considera um amigo pessoal.

Assim como o ex-presidente dos EUA, além de não ter conseguido a reeleição, o brasileiro todo o tempo desacreditou o processo eleitoral - atacou as urnas eletrônicas, defendeu o retorno do voto impresso, tentou desacreditar o Tribunal Superior Eleitoral e insistiu que as Forças Armadas seriam fiscalizadoras do pleito. Trump, quando percebeu que perderia para

Joe Biden, disse que havia fraudes na contagem, forçou para que estados fraudassem os números e está respondendo a processo pela invasão do Capitólio pelos seus apoiadores.

Auxílio Brasil, IR e reajuste de servidores estão entre os desafios

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Passada a disputa eleitoral, o governo que assume em janeiro vai ter dificuldade para organizar as contas públicas. O País terá de colocar de pé propostas econômicas audaciosas, como a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 e promover a correção da tabela do Imposto de Renda, além de enfrentar um debate sobre reajustes de servidores do Executivo.

A bomba fiscal pode somar R\$ 280,3 bilhões, de acordo com um mapeamento realizado pela consultoria Tendências.

E o desafio é grande, dado que o cenário para 2023 é de bastante incerteza. As medidas em discussão e que se desenharam ao longo da eleição presidencial deste ano não cabem no teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior, e, portanto, vão forçar ainda mais o novo governo a definir qual será a política para as contas públicas do País.

Será difícil fazer a conta fechar porque o Orçamento enviado pela equipe econômica para o Congresso no fim de agosto se tornou irrealista. O valor do Auxílio Brasil foi definido em R\$ 405, por exemplo.

"É um cenário desafiador.

Vai exigir muita vontade política e capacidade de resolver tudo isso de forma organizada e clara", diz Juliana Damasceno, economista da consultoria Tendências e responsável pelo levantamento.

Em alguns casos, os números apurados pelo estudo podem até ser considerados conservadores.

O custo anual da manutenção do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 é estimado em R\$ 52 bilhões, mas essa cifra pode crescer a depender de qual será o desenho do programa no próximo governo.

Além do pagamento do Auxílio Brasil e do aumento linear dos salários dos servidores, haverá pressões com uma conta bilionária de precatórios a ser paga e com o aumento das despesas discricionárias do governo para o mesmo patamar deste ano - o mínimo necessário, segundo a Tendências, para evitar paralisações na máquina pública.

"Por mais que o teto de gastos possa ter inúmeros problemas, eu acharia muito difícil não ter um reajuste de servidor num ano eleitoral", diz Juliana.

"O teto acabou funcionando como camisa de força." No campo da receita, uma importante fonte de queda de arrecadação pode se dar com a correção da tabela do Imposto de Renda para pessoa física.

Se o reajuste for feito com base na **inflação** acumulada ao longo do governo Jair Bolsonaro, a faixa de isenção subiria dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2.467,25, o que implicaria em uma perda de R\$ 31,3 bilhões para o governo federal.

A futura administração também pode ter desfalques bilionários com a manutenção do corte do Imposto sobre Produto Industrializados (IPI), prorrogação da desoneração de **tributos** federais sobre combustíveis e desonerações de diferentes setores.

"Não tem fundamento renovar a desoneração de combustíveis, num cenário em que o governo prevê que os grandes dois vetores, o preço do barril Brent e o câmbio, estarão comportados", afirma Juliana. "Eu até acredito que, de alguma forma, essa medida possa cair. Estamos falando de algo da ordem de R\$ 53 bilhões. Não é pouca coisa. Quanto mais a gente abre mão de receita em algum setor, mais deveríamos cobrar de outros, porque ainda estamos num cenário de déficit. A conta não fecha." CENÁRIO NEBULOSO. Os riscos fiscais para 2023 vão deixar o quadro das contas públicas ainda mais nebuloso.

O rumo das finanças públicas se transformou no principal nó da economia brasileira.

Neste ano, os analistas até projetam um superávit para o governo central - será o primeiro desde 2013 -, mas eles dizem que essa melhora é pontual.

Em 2022, a arrecadação do governo tem sido beneficiada pelo crescimento econômico acima do esperado - as projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano já se aproximam de 3% -, **inflação** elevada e alta dos preços das commodities, como petróleo e minério de ferro.

"O cenário de uma desaceleração da atividade

econômica no ano que vem, caso se materialize, será mais um novo risco e não está contemplado no levantamento", afirma Juliana Para o próximo ano, as previsões para o crescimento da economia estão próximas de 0,5%, a **inflação** tende a ceder, e a expectativa de uma recessão global deve contribuir para um preço mais baixo de produtos básicos "Com a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600, projetamos um déficit de 1% e a dívida subindo para 82%, um patamar considerado elevado para os padrões de um país emergente", afirma Daniel Couri, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado. "Será um grande desafio para o próximo governo manter a dívida num patamar sustentável."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RISCOS FISCAIS

Próximo governo vai ter de lidar com perda de receita e aumento de despesa

IMPACTO EM BILHÕES DE REAIS

RISCO FISCAL TOTAL **R\$ 280,3 bilhões**

R\$ 122,6 bilhões

R\$ 157,7 bilhões

Receita

DESONERAÇÃO SOBRE COMBUSTÍVEIS	52,9
CORREÇÃO DA TABELA DO IR	31,3
DESONERAÇÃO SETORIAIS	27,2
MANUTENÇÃO DO CORTE DO IPI	11,2

Despesas

AUXÍLIO BRASIL DE R\$ 600	52
QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS A PAGAR	51,2
CORREÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIA	36,8
REAJUSTE LINEAR DE 15% PARA SERVIDORES	17,7

FONTE: CONSULTORIA TENDÊNCIAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Eleito, Lula deve pôr fim a suspense sobre política fiscal nesta semana

Estevão Taiar, Edna Simão e Andréa Jubé De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Em minoria no Congresso, Lula recebe aceno de lira e Pacheco

*Raphael Di Cunto, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e
Vandson Lima De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187370?page=1§ion=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1)

Site:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187370?page=1§ion=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1)

Silêncio como marca da derrota



Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro (PL) se recolheu em silêncio, sem comentar o resultado da disputa com seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). De acordo com assessores próximos, "foi dormir" e não recebeu nenhum dos ministros e auxiliares que procuraram por ele. Da mesma forma que um ocupante da Presidência, pela primeira vez, não obtém a reeleição, também é a primeira vez que um candidato derrotado não reconhece que perdeu a disputa. A expectativa é de que ele se pronuncie hoje sobre o pleito.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes, anunciou, ao confirmar o resultado do pleito, que ligou tanto para Lula quanto para Bolsonaro comunicando os percentuais de cada um. Mas não disse como cada candidato recebeu a notícia.

"Liguei pessoalmente para conversar com ambos os candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, dizendo que a Justiça Eleitoral já estava apta para proclamar o resultado. O presidente Bolsonaro me atendeu com extrema educação, assim como o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva", salientou.

Apoiadores que estavam na Esplanada se dirigiram ao Palácio da Alvorada com vuvuzelas e fogos de artifício chamando pelo chefe do Executivo ao som de "Bolsonaro, cadê você, eu vim aqui só para te ver" e "A nossa bandeira jamais será vermelha" - também gritavam "Lula, ladrão, seu lugar é na prisão". No entanto, os apelos dos apoiadores do presidente não foram atendidos e as luzes da residência oficial foram apagadas por volta das 22h.

Ao longo da tarde, o presidente recebeu visitas do ministro da Justiça, Anderson Torres, e do senador, o

filho Flávio Bolsonaro (PL-RJ), um dos coordenadores da campanha. Mesmo aliados do governo, que tentaram visitar o presidente, como o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, não foram recebidos. Depois de decretado o resultado, os filhos do presidente seguiram o exemplo do pai e não fizeram publicações nas redes sociais.

Desde a notícia da vitória de Lula, a imprensa seguiu à espera de um posicionamento de Bolsonaro e recorreu a assessores palacianos e a do próprio PL, que também se calou e ignorou questionamentos sobre uma eventual coletiva durante toda a noite.

Otimismo mais cedo

Ontem pela manhã, ao votar no Rio de Janeiro, Bolsonaro se disse otimista com o resultado das eleições: "Expectativa de vitória". Após a votação, recebeu jogadores do Flamengo no Aeroporto Internacional do Galeão, após a vitória na final da Libertadores contra o Atlético-PR, no Equador.

No sábado, Bolsonaro escolheu Belo Horizonte para sua última motociata antes das eleições. Mas também foi derrotado por Lula no estado, a exemplo do primeiro turno. Hoje, o presidente segue sem agenda oficial.

Na reta final do segundo turno, a campanha de Bolsonaro sofreu impactos diante de declarações sobre adolescentes venezuelanas refugiadas em Brasília, com o "pintou um clima". O caso foi seguido dos ataques do presidente de honra do PTB, Roberto Jefferson, à ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, e ao ataque que fez contra policiais federais que foram levá-lo de volta ao regime fechado de prisão.

Outra notícia que integrantes da campanha e do governo tentaram contra-atacar durante a semana foram as críticas à ideia do Ministério da Economia de deixar de corrigir o salário mínimo e a aposentadoria pela **inflação** passada. Pesou ainda o fracasso de colocar sobre as costas do TSE a culpa por inserções da campanha que não teria ido ao ar em rádios do Nordeste.

Após o último debate presidencial, na sexta-feira, o presidente afirmou que respeitaria o resultado das eleições. Segundo ele, levaria o pleito aquele candidato que conseguisse mais votos. "Quem tiver mais votos assume o governo. Não há a menor

dúvida: quem tiver mais votos leva, isso que é democracia", salientou.

Pelas redes sociais, o ministro da Casa Civil e coordenador da campanha do presidente, Ciro Nogueira, comentou brevemente o resultado das eleições. "Para sempre ao seu lado, capitão", disse, com a publicação acompanhada de uma foto dos dois abraçados.

Já o ministro das Comunicações, Fábio Faria, agradeceu Bolsonaro por ter "resgatado o orgulho" do país de "ser brasileiro" - mesmo tendo afirmado, dias, antes que se arrependera de tentar jogar sobre o TSE a culpa pelas inserções de rádio que supostamente não foram ao ar.

Apesar do silêncio do presidente, ainda não se sabe se ele respeitará o resultado do sistema eleitoral ou se haverá a tentativa de judicialização das eleições. Isso porque, no dia seguinte ao episódio das inserções, ele anunciou que iria "até às últimas consequências", além de ter afirmado, várias vezes, que apenas respeitaria um resultado de uma eleição que considerasse "limpa".

Liguei pessoalmente para conversar com ambos os candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, dizendo que a Justiça Eleitoral já estava apta para proclamar o resultado. O presidente Bolsonaro me atendeu com extrema educação, assim como o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva" Ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE

Ao centro, Lula (Editorial)

Luiz Inácio Lula da Silva, 77, tornou-se neste domingo (30) o primeiro brasileiro a ser eleito por três vezes para a Presidência da República. Sua vitória e, dentro de dois meses, sua posse consagrarão a alternância de poder e a solidez da democracia brasileira.

Lula conquista o novo mandato graças, em parte, à memória de realizações durante sua passagem pelo governo. Em seus momentos mais virtuosos, o petista soube aproveitar com responsabilidade as vantagens do bom momento econômico global na década retrasada e das transformações demográficas do Brasil.

Muito do triunfo lulista se deve também à firme e mais do que justificada rejeição de metade do eleitorado a seu oponente, Jair Bolsonaro (PL), o primeiro presidente a perder a disputa no cargo desde que o país adotou a reeleição.

O ímpeto autoritário, a truculência, a inoperância e o desmazelo de Bolsonaro facilitaram a campanha de Lula, que se deu ao luxo de sonegar ao eleitor o detalhamento de seus planos econômicos para um governo que se afigura difícil.

O presidente eleito -com a menor margem de votos desde a redemocratização- é também rejeitado por parcela expressiva e influente da sociedade, seja pelos escândalos de corrupção durante suas administrações, seja pela ruína econômica operada por sua sucessora, Dilma Rousseff, seja pela pauta ideológica abraçada por vezes de forma intolerante pelo PT.

Deverá enfrentar no Congresso uma oposição mais ampla e radical que a de 20 anos antes. O bolsonarismo e outras forças à direita conquistaram posições importantes no Legislativo e nos estados.

Não poderá esperar uma conjuntura internacional favorável, ao menos de pronto. A guerra na Ucrânia e a alta da **inflação** e dos juros em todo o mundo elevaram os riscos de recessão. No plano doméstico, as finanças do governo exigem ajuste crível e rigoroso.

Por tudo isso, Lula precisa dar mostras imediatas de responsabilidade orçamentária e disposição de rumar ao centro, política e economicamente. Deve se cercar de especialistas e quadros qualificados, para além do raio estreito do partido e de aliados à esquerda.

Sem definir uma regra fiscal que assegure a solvência

da dívida pública, não haverá dinheiro para as demandas prementes em educação, saúde e assistência social. Sem permitir que a economia funcione com liberdade e competição, não haverá o crescimento sustentado essencial para reduzir a pobreza.

Acaba a propaganda de campanha, começam as responsabilidades de governo. A democracia estará fortalecida se o país for capaz de superar ideias e práticas que obstruem seu desenvolvimento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50081>

Primeiro desafio de Lula é negociar com Congresso novo Orçamento



O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acena a apoiadores após votar em São Bernardo do Campo neste domingo (30). Ananda Peres/Reuters

Alexa Salomão, Fábio Pupo e Idiana Tomazelli Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e sua equipe terão entre os primeiros passos na economia o desafio de fazer articulações políticas que permitam uma solução concreta para o Orçamento de 2023. É preciso negociar uma licença para gastar no primeiro ano de governo e abrir caminho para cumprir promessas de campanha, como a preservação de um pagamento mínimo de R\$ 600 do Auxílio Brasil.

A necessidade de assegurar recursos aos mais fragilizados foi reforçada por Lula em discurso feito logo após a vitória nas urnas neste domingo (30), com ênfase no combate à extrema pobreza e à fome. Segundo integrantes do PT ouvidos pela Folha, as costuras para viabilizar essas e outras tarefas vão ocupar as atenções da coalizão vencedora já nas primeiras decisões.

"Temos o dever de garantir que todo brasileiro possa tomar café de manhã, almoçar e jantar todos os dias. Esse será novamente o compromisso número um do meu governo", disse. "A roda da economia vai voltar a girar com geração de empregos, valorização dos salários e renegociação das dívidas das famílias que perderam seu poder de compra. A roda da economia vai voltar a girar com os pobres fazendo parte do Orçamento", afirmou.

A primeira tarefa é a formação da equipe de transição, como costuma ocorrer quando há troca de governo. Pela relevância, a área econômica recebe uma atenção prioritária, e a escolha dos integrantes sinaliza como será conduzida a agenda durante o mandato. A tarefa tem um complicador adicional, pois demanda

negociações entre integrantes de uma frente ampla com dez partidos.

O período entre a eleição e o começo do novo governo gera uma expectativa particular desta vez, já que o presidente Jair Bolsonaro (PL) é o primeiro desde a redemocratização a ter que entregar o cargo após não ter sido reeleito - o que coloca um vencedor e um derrotado diretamente nas tratativas de transição.

A hostilidade estimulada pelo atual mandatário em relação ao adversário foi levada a tal nível que coloca em dúvida até mesmo a viabilidade de uma colaboração entre as duas equipes.

Há uma preocupação no PT sobre como se dará o acesso a números, projeções e informações estratégicas da administração pública, sem as quais se torna mais difícil a tomada de decisão.

A aposta, porém, é que o processo acabe andando graças ao quadro de técnicos dos órgãos - que permanecem independentemente do governo de ocasião e servem ao Estado, não a um ou outro grupo.

O PT tem a o menos dois nomes dados como certos para participar da transição. A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, e o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP).

Ambos também são fortes candidatos a ocuparem ministérios na área econômica. Gleisi pode assumir o Ministério do Planejamento, que será recriado. Já Padilha é nome forte para assumir o Ministério da Fazenda, que também deve ser recriado a partir da divisão do superministério da Economia, comandado hoje por Paulo Guedes.

Existe a expectativa de que os escolhidos na área econômica sejam anunciados em breve, para evitar que a incerteza possa contaminar as expectativas e alimentar momentos de instabilidade financeira durante uma transição política já delicada.

Também são cotados para participar da transição, e para a área econômica, o ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias (PT) e o ex-governador da Bahia Rui Costa (PT).

Em meio às diversas prioridades, uma nova regra

fiscal pode ficar para um segundo momento. Mesmo assim, é urgente encaminhar uma solução para o Orçamento.

Integrantes do PT ouvidos pela Folha afirmam que a proposta de Orçamento de 2023, como está, é uma mentira. Bolsonaro enviou o projeto em agosto com cortes significativos em programas sociais e sem verba suficiente para assegurar a continuidade do benefício mínimo de R\$ 600 no Auxílio Brasil no ano que vem.

A campanha também quer assegurar aumento real no salário mínimo já em 2023. A regra em estudo pelo partido concede alta acima da **inflação** com base na média do crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) dos últimos cinco anos. Isso daria uma expansão adicional de cerca de 1,3%, mas também é avaliado um percentual fixo de 2% no primeiro ano.

Economistas ligados à campanha afirmam, na condição de não terem os nomes revelados, que começaram a avaliar cada rubrica para validar o que é viável. Já ficou claro que será preciso fazer escolhas para definir de quanto será a licença extra para gastar.

Certos integrantes do PT dizem que o valor adicional ao já previsto na proposta de Orçamento de 2023 deve ficar acima de R\$ 200 bilhões, mais do que os R\$ 100 bilhões defendidos por algumas casas no mercado financeiro. Alguns chegaram a estimar que a conta poderia ir a R\$ 300 bilhões, mas o montante é reconhecido como quase proibitivo.

Os economistas Bráulio Borges e Manoel Pires, da FGV, estimaram um custo potencial de R\$ 125 bilhões no ano que vem com despesas extras (como R\$ 600 do Auxílio Brasil, reajuste dos servidores e revisão de gastos de custeio da máquina e investimentos).

A fatura pelo lado das despesas é o que vai ditar o tamanho da licença, que depende de PEC (proposta de emenda à Constituição). Mas a revisão das projeções de arrecadação também é importante para definir como ficará o resultado primário -fruto da diferença entre despesas e receitas.

Uma das promessas de Lula é corrigir a tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), elevando a faixa de isenção dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 5.000 mensais.

No entanto, dizem interlocutores, ainda que os técnicos apontem valores e alternativas de remanejamento, as escolhas finais vão depender da formação da equipe, especialmente da definição dos ministros.

Lula entende que há uma pavimentação política a ser feita para viabilizar a agenda econômica. O petista vai chamar uma reunião com os governadores eleitos e os prefeitos de capitais para ouvir as prioridades de cada um. Segundo um auxiliar próximo, a intenção é furo ar uma espécie de pacto para que essas prioridades, incluindo obras públicas, possam ser executadas.

No último debate, promovido na sexta (28) pela TV Globo, o petista chegou a falar que cada governador e prefeito poderá apresentar três obras consideradas prioritárias, para que haja uma discussão sobre sua viabilidade.

Emissários do partido também já fizeram contato com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), para sinalizar que precisarão de um canal de diálogo para resolver o impasse da peça orçamentária.

A definição da regra fiscal a substituir o teto de gastos é mais delicada ainda, porque demandará aval do futuro ministro. Entre os modelos em discussão, alguns têm a preferência de alas do partido.

De acordo com os relatos, tem grande adesão o modelo defendido pelo ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa. Ele sugere um mecanismo em que o presidente eleito definirá, em seu primeiro ano de mandato, qual deve ser o nível de gastos para os próximos anos.

Há também a opção de manter despesas correntes (como salários, compra de materiais e manutenção da máquina) sujeitas a um limite de gastos, corrigido pela **inflação** mais um percentual real, enquanto os investimentos ficariam sob outro limite, a ser corrigido de forma individualizada -o que evita a compressão dessas despesas, consideradas de maior qualidade.

Outra ala defende a retomada de perseguir apenas o resultado primário como principal âncora das contas públicas, como era antes do teto de gastos. Seria possível instituir, por exemplo, uma meta de resultado com bandas, para acomodar gastos imprevistos ou frustrações de arrecadação. Pessoas próximas às discussões avaliam que essa regra tem chances de prevalecer, uma vez que Lula tem batido na tecla de que pretende revogar o teto de gastos. Ele fala ainda que não é preciso de lei para haver responsabilidade fiscal.

De qualquer forma, ainda não há consenso em torno da nova regra, embora as premissas estejam definidas. Uma delas é que a norma precisa ser concebida de forma a atender a necessidade de gastos do país. Outro objetivo é que o novo arcabouço seja crível, sem necessidade de tantas iterações

como nos últimos anos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

81

Quase 4 em cada 10 trabalhadores recebem até 1 salário mínimo



Fila de pessoas em busca de emprego em feirão organizado por sindicato hoteleiro em SP. Zanon Fraizat/Folhapress

Leonardo Vieceli rio de janeiro

Após os impactos econômicos da pandemia, o Brasil teve um salto no número de trabalhadores com renda mais baixa, de até um salário mínimo.

É o que indica um levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, a partir de microdados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

No segundo trimestre deste ano, o mais recente com estatísticas disponíveis, cerca de 35,6 milhões de trabalhadores (formais e informais) tinham renda de até um salário mínimo por mês (R\$ 1.212).

Em termos absolutos, o número representa um recorde na série histórica, iniciada em 2012.

Os 35,6 milhões correspondiam a 36,6% da população ocupada com algum tipo de trabalho e com o rendimento detalhado nos microdados da Pnad (97,1 milhões).

No segundo trimestre de 2019, antes da pandemia, o número de profissionais com renda de até um salário mínimo estava em 27,6 milhões (7,9 milhões a menos), o equivalente a 29,9% dos ocupados à época (92,5 milhões). O salário mínimo era de R\$ 998 naquele ano.

"Fica claro como ocorreu a recuperação do mercado de trabalho após o impacto da pandemia. O trabalho ficou mais barato", diz Imaizumi.

"A **inflação** incomodou o bolso das pessoas. Em um período de incerteza elevada, muitas aceitaram empregos com menor remuneração. E a recuperação veio primeiro via informalidade", acrescenta.

O levantamento aponta que o percentual de trabalhadores com renda de até um salário mínimo permaneceu acima de 30% da população ocupada ao longo de toda a crise sanitária -e ainda não mostrou grandes sinais de alívio.

A maior porcentagem da série histórica foi registrada no segundo trimestre de 2020, na fase inicial da pandemia: 36,9%. À época, 30,6 milhões de um total de 82,9 milhões ganhavam até o mínimo.

A Pnad é uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que retrata tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal.

Em outras palavras, abrange desde os empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos. Os microdados analisados por Imaizumi passaram por ajuste sazonal.

Os informais não têm renda fixa, tampouco reajustes assegurados pela **inflação**. Porém, uma parte deles até pode se balizar pelo mínimo na hora de ofertar trabalho, segundo Imaizumi.

"O salário mínimo atinge mais o trabalhador formal. Aquele informal que tem mais qualificação até pode se balizar pelo mínimo. Mas o menos qualificado não está pensando nisso. Há níveis diferentes de informalidade."

O salário mínimo virou ponto central de debates às vésperas do segundo turno das eleições.

O motivo foi a revelação por reportagem da Folha de um plano do ministro Paulo Guedes (Economia) que poderia resultar em mudanças na forma de correção do mínimo e de aposentadorias.

Na prática, a medida abriria possibilidade de o reajuste

anual dos benefícios não levar mais em conta a **inflação** passada, regra em vigor atualmente.

Após a repercussão, Guedes negou mudar a regra "durante o jogo", mas sinalizou ser favorável à desindexação. O plano gerou uma enxurrada de críticas de adversários e foi usado como munição contra o governo Jair Bolsonaro (PL) na fase final da campanha.

Guedes chegou a associar a divulgação da proposta a militantes petistas que estariam infiltrados no Ministério da Economia.

Enquanto o número de trabalhadores com renda de até um salário mínimo aumentou no país, os grupos de profissionais com rendimentos mais altos encolheram durante a pandemia, indica o levantamento de Imaizumi.

No segundo trimestre deste ano, o contingente que recebia entre um e dois salários mínimos foi estimado em 31,2 milhões, o equivalente a 32,1% da população ocupada com trabalho formal ou informal.

Em igual intervalo de 2019, antes do coronavírus, estava em 32,3 milhões (1,1 milhão a mais). A parcela representava 34,9% da população ocupada à época.

Já o grupo que recebia mais de dois salários mínimos ficou em quase 30,4 milhões no segundo trimestre deste ano, cerca de 2,2 milhões abaixo dos 32,5 milhões de 2019.

A participação na população ocupada atingiu 31,3% entre abril e junho de 2022, inferior ao percentual de 35,2% verificado em igual trimestre de 2019.

"Não dá para comemorar tanto a situação do mercado de trabalho. Em termos de aumento da ocupação, ok. Mas o fato é que o trabalho ficou mais barato na pandemia", analisa Imaizumi.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

81

Não existem "dois Brasis", diz Lula após vitória



Lula discursando ao lado da mulher, Janja, em hotel na região da av. Paulista, com palco tomado por dirigentes petistas e aliados de outros partidos: a partir da esq., Fernando Haddad, Marina Silva, Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, José Guimarães, Celso Amorim, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e sua mulher, Lu, a ex-presidente Dilma Rousseff e o deputado André Janonez. Arquivo/Estadão

Primeiro eu quero cumprimentar cada companheiro, cada companheira que está aqui atrás e tiveram um papel importante nessa campanha, sobretudo as pessoas que vieram no segundo turno, como a companheira Simone, que foi candidata pelo MDB. A nossa companheira Eliziane, nossa querida senadora pelo estado do Maranhão, que nos ajudou muito. Os outros aqui são todos marinheiros da primeira viagem.

Eu quero começar essa pequena fala, que vai ser lida, com agradecimento a Deus. Porque eu, a vida inteira, sempre achei que Deus sempre foi muito generoso comigo para permitir que eu sáísse de onde eu saí para chegar onde cheguei. E nesse momento em que nós não enfrentamos um adversário. Nós não enfrentamos um candidato. Nós enfrentamos a máquina do Estado brasileiro colocada a serviço do candidato da situação para tentar evitar que nós ganhássemos as eleições.

E graças ao povo brasileiro, a quem eu quero agradecer de coração. O povo que votou em mim, o povo que votou no adversário. Quem foi para a urna. Quem se dignou a cumprir com seu compromisso civilizatório de cidadania. Eu quero dar os parabéns. E sobretudo quero dar os parabéns para as pessoas que votaram em mim.

Porque eu me considero um cidadão que teve um processo de ressurreição na política brasileira, porque tentaram me enterrar vivo e eu estou aqui para governar esse país numa situação muito difícil, mas eu tenho fé em Deus que, com a ajuda do povo, nós vamos encontrar uma saída para que esse país volte viver democraticamente, harmonicamente. E a gente possa inclusive estabelecer a paz entre as famílias, entre os divergentes. Para que a gente possa construir o mundo que nós precisamos, e o Brasil.

Quero agradecer meu companheiro Fernando Haddad, meu grande parceiro, que fez uma campanha

extraordinária. A Ana Estela, sua esposa. Agora chega nossa companheira Marina Silva. Bem, então, para ficar parecendo intelectual, eu vou colocar meu óculos [sic]. E a Janja vai retirando as páginas aqui.

Chegamos ao final de uma das mais importantes eleições da nossa história. Uma eleição que colocou frente a frente dois projetos opostos de país e que hoje tem um único e grande vencedor: o povo brasileiro. Esta não é uma vitória minha, nem do PT, nem dos partidos que me apoiaram nessa campanha. É a vitória de um imenso movimento democrático que se formou, acima dos partidos políticos, dos interesses pessoais e das ideologias, para que a democracia saísse vencedora.

Neste 30 de outubro histórico, a maioria do povo brasileiro deixou bem claro que deseja mais e não menos democracia. Deseja mais e não menos inclusão social e oportunidades para todos. Deseja mais e não menos respeito e entendimento entre os brasileiros. Em suma, deseja mais e não menos liberdade, igualdade e fraternidade em nosso país.

O povo brasileiro mostrou hoje que deseja mais do que exercer o direito sagrado de escolher quem vai governar a sua vida. Ele quer participar ativamente das decisões do governo. O povo brasileiro mostrou hoje que deseja mais do que o direito de apenas protestar que está com fome, que não há emprego, que o seu salário é insuficiente para viver com dignidade, que não tem acesso a saúde e educação, que lhe falta um teto para viver e criar seus filhos em segurança, que não há nenhuma perspectiva de futuro.

O povo brasileiro quer viver bem, comer bem, morar bem. Quer um bom emprego, um salário reajustado sempre acima da **inflação**, quer ter saúde, educação e políticas públicas de qualidade.

Quer liberdade religiosa. Quer livros em vez de armas. Quer ir ao teatro, ver cinema, ter acesso a todos os bens culturais, porque a cultura alimenta nossa alma. O povo brasileiro quer ter de volta a esperança.

É assim que eu entendo a democracia. Não apenas como uma palavra bonita inscrita na lei, mas como algo palpável, que sentimos na pele e que podemos construir no dia a dia. Foi essa democracia, no sentido

mais amplo do termo, que o povo brasileiro escolheu hoje nas urnas. Foi com essa democracia, real, concreta, que nós assumimos o compromisso ao longo de toda a nossa campanha.

E é essa democracia que nós vamos buscar construir a cada dia do nosso governo. Com crescimento econômico repartido entre toda a população, porque é assim que a economia deve funcionar: como instrumento para melhorar a vida de todos, e não para perpetuar desigualdades.

A roda da economia vai voltar a girar, com geração de empregos, valorização dos salários e renegociação das dívidas das famílias que perderam seu poder de compra. A roda da economia vai voltar a girar com os pobres fazendo parte do orçamento. Com apoio aos pequenos e médios produtores rurais, responsáveis por 70% dos alimentos que chegam às nossas mesas. Com todos os incentivos possíveis aos micros e pequenos empreendedores, para que eles possam colocar seu extraordinário potencial criativo a serviço do desenvolvimento do país.

É preciso ir além. Fortalecer as políticas de combate à violência contra as mulheres e garantir que elas ganhem o mesmo salário que os homens ganham no exercício de igual função.

Enfrentar sem tréguas o racismo, o preconceito e a discriminação, para que brancos, negros e indígenas tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Só assim seremos capazes de construir um país de todos. Um Brasil igualitário, cuja prioridade sejam as pessoas que mais precisam. Um Brasil com paz, democracia e oportunidades.

Meus amigos e minhas amigas, a partir de 1º de janeiro de 2023 vou governar para 215 milhões de brasileiros e brasileiras. Não apenas para aqueles que votaram em mim. Não existem dois Brasis. Somos um único país, um único povo, uma grande nação.

Não interessa a ninguém viver numa família onde reina a discórdia. É hora de reunir de novo as famílias, refazer os laços de amizade rompidos pela propagação criminoso do ódio. A ninguém interessa viver num país dividido, em permanente estado de guerra. Este país precisa de paz e de união. Este povo não quer mais brigar. Este povo está cansado de enxergar no outro um inimigo a ser temido ou destruído. É hora de baixar as armas, que jamais deveriam ter sido empunhadas. Armas matam. E nós escolhemos a vida.

O desafio é imenso. É preciso reconstruir este país em todas as suas dimensões. Na política, na economia, na gestão pública, na harmonia institucional, nas

relações internacionais e, sobretudo, no cuidado com os mais necessitados.

É preciso reconstruir a própria alma deste país. Recuperar a generosidade, a solidariedade, o respeito às diferenças e o amor ao próximo. Trazer de volta a alegria de sermos brasileiros e o orgulho que sempre tivemos do verde e amarelo e da bandeira do nosso país. Esse verde e amarelo e essa bandeira que não pertencem a ninguém, a não ser ao povo brasileiro.

Nosso compromisso mais urgente é acabar com a fome outra vez. Não podemos aceitar como normal que milhões de homens, mulheres e crianças neste país não tenham o que comer ou que consumam menos calorias e proteínas do que o necessário. Se somos o terceiro maior produtor mundial de alimentos e o primeiro de proteína animal, se temos tecnologia e uma imensidão de terras agricultáveis, se somos capazes de exportar para o mundo inteiro, temos o dever de garantir que todo brasileiro possa tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias. Este será, novamente, o compromisso número 1 do nosso governo.

Não podemos aceitar como normal que famílias inteiras sejam obrigadas a dormir nas ruas, expostas ao frio, à chuva e à violência. Por isso, vamos retomar o Minha Casa, Minha Vida, com prioridade para as famílias de baixa renda, e trazer de volta os programas de inclusão que tiraram 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza.

O Brasil não pode mais conviver com esse imenso fosso sem fundo, esse muro de concreto e desigualdade que separa o Brasil em partes desiguais que não se reconhecem. Este país precisa se reconhecer. Precisa se reencontrar consigo mesmo.

Para além de combater a extrema pobreza e a fome, vamos restabelecer o diálogo neste país. É preciso retomar o diálogo com o Legislativo e o Judiciário. Sem tentativas de exorbitar, intervir, controlar, cooptar, mas buscando reconstruir a convivência harmoniosa e republicana entre os três Poderes.

A normalidade democrática está consagrada na Constituição. É ela que estabelece os direitos e obrigações de cada Poder, de cada instituição, das Forças Armadas e de cada um de nós. A Constituição rege a nossa existência coletiva, e ninguém, absolutamente ninguém, está acima dela, ninguém tem o direito de ignorá-la ou de afrontá-la.

Também é mais do que urgente retomar o diálogo entre o povo e o governo. Por isso vamos trazer de volta as conferências nacionais. Para que os interessados elejam suas prioridades e apresentem ao

governo sugestões de políticas públicas para cada área: educação, saúde, segurança, direitos da mulher, igualdade racial, juventude, habitação, cultura e tantas outras.

Vamos retomar o diálogo com os governadores e os prefeitos, para definirmos juntos as obras prioritárias para cada população. Não interessa o partido ao qual pertençam o governador e o prefeito. Nosso compromisso será sempre com melhoria de vida da população de cada estado, de cada município deste país.

Vamos também reestabelecer o diálogo entre governo, empresários, trabalhadores e sociedade civil organizada, com a volta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Ou seja, as grandes decisões políticas que impactem as vidas de 215 milhões de brasileiros não serão tomadas em sigilo, na calada da noite, mas após um amplo diálogo com a sociedade.

Acredito que os principais problemas do Brasil, do mundo, do ser humano, possam ser resolvidos com diálogo, não com força bruta. Que ninguém duvide da força da palavra, quando se trata de buscar o entendimento e o bem comum.

Meus amigos e minhas amigas, nas minhas viagens internacionais, e nos contatos que tenho mantido com líderes de diversos países, o que mais escuto é que o mundo sente saudade do Brasil. Saudade daquele Brasil soberano, que falava de igual para igual com os países mais ricos e poderosos. E que ao mesmo tempo contribuía para o desenvolvimento dos países mais pobres. O Brasil que apoiou o desenvolvimento dos países africanos, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Que trabalhou pela integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, que fortaleceu o Mercosul, e ajudou a criar o G-20, a Unasul, a Celac e os Brics.

Hoje nós estamos dizendo ao mundo que o Brasil está de volta. Que o Brasil é grande demais para ser relegado a esse triste papel de pária do mundo.

Vamos reconquistar a credibilidade, a previsibilidade e a estabilidade do país, para que os investidores nacionais e estrangeiros retomem a confiança no Brasil. Para que deixem de enxergar nosso país como fonte de lucro imediato e predatório, e passem a ser nossos parceiros na retomada do crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Queremos um comércio internacional mais justo. Retomar nossas parcerias com os Estados Unidos e a União Europeia em novas bases. Não nos interessam

acordos comerciais que condenem nosso país ao eterno papel de exportador de commodities e matéria-prima.

Vamos reindustrializar o Brasil, investir na economia verde e digital, apoiar a criatividade dos nossos empresários e empreendedores. Queremos exportar também inteligência e conhecimento.

Vamos lutar novamente por uma nova governança global, com a inclusão de mais países no Conselho de Segurança da ONU e com o fim do direito a veto, que prejudica o equilíbrio entre as nações.

Estamos prontos para nos engajar outra vez no combate à fome e à desigualdade no mundo e nos esforços para a promoção da paz entre os povos.

O Brasil está pronto para retomar o seu protagonismo na luta contra a crise climática, protegendo todos os nossos biomas, sobretudo a floresta amazônica. Em nosso governo, fomos capazes de reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia, diminuindo de forma considerável a emissão de gases que provocam o aquecimento global. Agora, vamos lutar pelo desmatamento zero da Amazônia. O Brasil e o planeta precisam de uma Amazônia viva. Uma árvore em pé vale mais do que toneladas de madeira extraídas ilegalmente por aqueles que pensam apenas no lucro fácil, às custas da deterioração da vida na Terra. Um rio de águas límpidas vale muito mais do que todo o ouro extraído às custas do mercúrio que mata a fauna e coloca em risco a vida humana.

Quando uma criança indígena morre assassinada pela ganância dos predadores do meio ambiente, uma parte da humanidade morre junto com ela. Por isso, vamos retomar o monitoramento e a vigilância da Amazônia e combater toda e qualquer atividade ilegal - seja garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida.

Ao mesmo tempo, vamos promover o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem na região amazônica. Vamos provar mais uma vez que é possível gerar riqueza sem destruir o meio ambiente. Estamos abertos à cooperação internacional para preservar a Amazônia, seja em forma de investimento ou pesquisa científica. Mas sempre sob a liderança do Brasil, sem jamais renunciarmos à nossa soberania.

Temos compromisso com os povos indígenas, com os demais povos da floresta e com a biodiversidade. Queremos a pacificação ambiental. Não nos interessa uma guerra pelo meio ambiente, mas estamos prontos para defendê-lo de qualquer ameaça.

Meus amigos e minhas amigas, o novo Brasil que

iremos construir a partir de 1º de janeiro não interessa apenas ao povo brasileiro, mas a todas as pessoas que trabalham pela paz, a solidariedade e a fraternidade, em qualquer parte do mundo.

Na última quarta-feira, o papa Francisco enviou uma importante mensagem ao Brasil, orando para que o povo brasileiro fique livre do ódio, da intolerância e da violência. Quero dizer que desejamos o mesmo, e vamos trabalhar sem descanso por um Brasil onde o amor prevaleça sobre o ódio, a verdade vença a mentira, e a esperança seja maior que o medo.

Todos os dias da minha vida eu me lembro do maior ensinamento de Jesus Cristo, que é o amor ao próximo. Por isso, acredito que a mais importante virtude de um bom governante será sempre o amor pelo seu país e pelo seu povo. No que depender de nós, não faltará amor neste país. Vamos cuidar com muito carinho do Brasil e do povo brasileiro. Vivemos um novo tempo. De paz, de amor e de esperança.

Um tempo em que o povo brasileiro tenha de novo o direito de sonhar. E as oportunidades para realizar aquilo que sonha.

Para isso, convido a cada brasileiro e cada brasileira, independentemente em que candidato votou nessa eleição. Mais do que nunca, vamos juntos pelo Brasil, olhando mais para aquilo que nos une, do que para nossas diferenças.

Sei a magnitude da missão que a história me reservou e sei que não poderei cumpri-la sozinho. Vou precisar de todos: partidos políticos, trabalhadores, empresários, parlamentares, governadores, prefeitos, gente de todas as religiões. Brasileiros e brasileiras que sonham com um Brasil mais desenvolvido, mais justo e mais fraterno.

Volto a dizer aquilo que disse durante toda a campanha. Aquilo que nunca foi uma simples promessa de candidato, mas sim uma profissão de fé, um compromisso de vida. O Brasil tem jeito. Todos juntos seremos capazes de consertar este país e construir um Brasil do tamanho dos nossos sonhos, com oportunidades para transformá-los em realidade.

Mais uma vez, renovo minha eterna gratidão ao povo brasileiro.

Quero agradecer ao companheiro Alckmin, o meu vice-presidente, que deu uma contribuição extraordinária, aos governadores que foram eleitos e àqueles que não conseguiram se eleger. A nossa luta não começa e não termina com a eleição. A nossa luta pela conquista de um país justo, um país em que todos os brasileiros possam comer, trabalhar, estudar,

ter acesso à cultura e ao lazer, será uma luta até o fim das nossas vidas.

Eu canso de dizer, não é a quantidade de anos que a pessoa tem que envelhece a pessoa. O que envelhece a pessoa é a falta de causa, é a falta de motivação para a luta. E por isso eu me determinei: o Brasil é a minha causa, o povo é a minha causa. E combater a miséria é a razão pela qual eu vou viver até o fim da minha vida.

Um grande abraço e que Deus abençoe a nossa jornada a partir de 1º de janeiro. Obrigado ao povo, obrigado a Deus e obrigado à imprensa pelo tratamento que deu a esse processo eleitoral.

Um abraço, de coração, companheiros.

A senadora Simone Tebet, que fez 4% dos votos válidos no primeiro turno da eleição presidencial, foi a primeira pessoa a ser mencionada nominalmente na fala. Ela virou símbolo do arco de apoio obtido no segundo turno do eleito. A emedebista, de histórico distante do PT, fez um giro pelo país em comícios pró-Lula e sugeriu que o partido usasse roupas brancas em vez de vermelhas como forma de enfatizar a união

A expressão "ressurreição" é uma referência à sua prisão em decorrência de condenação na Operação Lava Jato, em 2018. O petista foi impedido pela Lei da Ficha Limpa de concorrer à Presidência no pleito anterior e foi substituído na chapa por Fernando Haddad, que perdeu no segundo turno para o atual presidente. Lula teve suas sentenças anuladas em março de 2021 pelo STF, que considerou que o então juiz Sergio Moro agiu com parcialidade para punir o líder petista, e que as causas não deveriam ter tramitado no Paraná. Com isso, o ex-presidente voltou com favoritismo à arena eleitoral

O reajuste do salário mínimo virou um dos principais temas da reta final da campanha. A partir de reportagem da Folha sobre plano do ministro Paulo Guedes que poderia desvincular reajuste da **inflação**, o PT intensificou críticas à política econômica e social do governo Bolsonaro. O assunto foi recorrente no debate derradeiro na Globo

A fala embute recados a Bolsonaro e à desordem institucional promovida pelo presidente, com embates com outros Poderes, principalmente o Judiciário, na figura do STF (Supremo Tribunal Federal). A relação com o Congresso também se deteriorou no atual governo, a partir da ascensão das emendas de relator, que culminaram no chamado orçamento secreto - ampliando o poder do Legislativo sobre as decisões orçamentárias, com mecanismos pouco transparentes e descolados de políticas públicas. O presidente

também nomeou militares para cargos civis, algo que
Lula prometeu reduzir

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

81

Rombo fiscal, Congresso e STF desafiarão novo governo

Ricardo Balthazar SÃO PAULO

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atravessou a campanha apontando os resultados alcançados nos anos em que esteve no poder como suficientes para tranquilizar os críticos que cobraram dele planos de governo e respostas para os desafios à sua frente.

Vitorioso nas urnas pela terceira vez neste domingo (30), quase 12 anos depois de deixar o Palácio do Planalto, após atravessar um período turbulento que incluiu 580 dias na prisão, ele agora terá que demonstrar que está preparado para o que vem por aí.

As dificuldades que enfrentará nos meses que faltam para sua posse e nos próximos anos são muito maiores do que as que o aguardavam na primeira vez que vestiu a faixa presidencial e exigirão habilidade maior que a demonstrada na campanha eleitoral.

Começando pela transição, Lula terá que conviver por dois meses com um adversário hostil na Presidência da República. A agressividade exibida na campanha e o silêncio de Jair Bolsonaro (PL) após a derrota sugerem que ele não facilitará a vida do sucessor.

Em 2002, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) conduziu sem alvoroço a transição para o governo Lula, pondo de lado as diferenças entre eles e colocando em marcha um processo bem-organizado para troca de informações entre as equipes que saíam e as que chegavam.

FHC e Lula se conheceram no fim dos anos 1970, quando a ditadura se aproximava do fim e os grupos que faziam oposição aos militares se preparavam para a volta da democracia. A relação deles teve altos e baixos desde então, mas o tucano passou a faixa ao petista sorrindo.

Eles voltaram a se encontrar no ano passado, na pandemia, e posaram para uma foto em que se cumprimentavam com os punhos cerrados. FHC se pronunciou em defesa da democracia e de pautas do petista no primeiro turno e pediu votos para o antigo rival na semana passada.

Em 2002, Lula foi eleito tendo como vice o empresário mineiro José Alencar (1931-2011), fundador do grupo têxtil Coteminas. Depois de ajudar o petista a desfazer

a imagem de radical na campanha, Alencar se tornou no governo um crítico discreto de sua política econômica.

Lula voltará a Brasília acompanhado do ex-governador paulista Geraldo Alckmin, que trocou o PSDB pelo PSB para entrar na caravana petista. O PT tem alimentado expectativas de que o ex-presidente dará papel de destaque ao antigo adversário em seu futuro governo.

Alckmin já figurou nas listas de candidatos ao comando da política econômica do novo governo, mas talvez nem Lula tenha a definição na cabeça. Em 2002, Antonio Palocci foi anunciado como ministro da Fazenda em dezembro, quando faltavam duas semanas para a posse.

Na economia, o cenário é mais desafiador desta vez. Apesar da recuperação da atividade econômica, ela tende a esfriar em 2023, e não há dinheiro para cumprir promessas como a de manter e ampliar os benefícios sociais criados para turbinar a campanha de Bolsonaro à reeleição.

Em 2002, Lula se comprometeu com a continuidade de políticas econômicas ortodoxas postas em prática pelos tucanos e apertou os cintos assim que assumiu, segurando despesas para conter o endividamento do governo e mantendo juros altos para fazer a **inflação** ceder.

Ninguém sabe o que o PT fará agora para restaurar o equilíbrio das contas públicas. O esboço de programa de governo apresentado na campanha defende um novo regime fiscal que ofereça credibilidade e previsibilidade e seja sustentável. Os detalhes ficaram para outro dia.

A carta de compromissos divulgada pela campanha petista na semana passada, a três dias da eleição, sugere que Lula optará por uma estratégia mais gradual desta vez, que abra algum espaço para gastar no primeiro ano e deixe o equilíbrio das contas para mais tarde.

Os petistas também indicaram na campanha que Lula não pretende mexer no atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Indicado por Bolsonaro e com mandato garantido por lei até 2024,

ele ficará onde está até a metade do mandato que Lula assumirá em janeiro.

Em 2002, a escolha de Henrique Meirelles para presidir o BC foi anunciada junto com a indicação de Palocci. Meirelles não foi a primeira escolha de Lula, mas ganhou sua confiança e ficou no posto até o fim de seu segundo mandato. Eles se reaproximaram neste ano.

Um dos principais problemas de 2002 não assusta mais. A expectativa de que haveria mudanças radicais com a chegada do PT ao poder fez a cotação do dólar disparar e alimentou dúvidas sobre a capacidade do Brasil de cumprir seus compromissos externos na época.

O país estava sob vigilância do FMI (Fundo Monetário Internacional) quando Lula assumiu, mas quitou sua dívida dois anos depois. Desde então, acumulou mais de US\$ 300 bilhões em reservas, afastando o risco que mais preocupava os investidores estrangeiros.

Como em 2002, o presidente eleito terá que negociar alianças para governar, buscando forças partidárias mais amplas que aquelas que o apoiaram até aqui. Lula foi eleito com o apoio de nove partidos além do PT, mas o PSB é o único com alguma expressão no Congresso.

Nas eleições de 2002, os partidos da coligação de Lula conseguiram 130 cadeiras na Câmara, equivalentes a 25% do plenário. Após a eleição, três siglas que não participaram da campanha ocuparam postos no ministério, ampliando a base lulista para 199 cadeiras, 39% do total.

Os partidos que apoiaram Lula desta vez conquistaram 122 cadeiras, ou 24% do total. A coalizão poderá alcançar 223 cadeiras, 43% do total, se Lula conseguir a adesão do MDB, do PSD e do PDT, três siglas que tendem a se alinhar com o novo governo sem maiores embaraços.

É provável que o presidente eleito encontre uma oposição mais aguerrida que a que enfrentou em sua primeira passagem pela Presidência. O PL de Bolsonaro terá a maior bancada da nova composição da Câmara e sua coligação conseguiu 187 cadeiras neste ano, 36% do total.

Dois terços dos integrantes da futura bancada do PL, contudo, são veteranos do centrão, que já estavam na política antes da ascensão de Bolsonaro ao poder e não teriam dificuldade em aderir ao novo governo. Alguns deles apoiaram Lula e participaram de administrações petistas no passado.

Lula terá que lidar com um Congresso fortalecido, que passou a controlar uma fatia significativa do Orçamento, equivalente a um quarto das despesas não obrigatórias, e hoje depende menos da boa vontade do Executivo para conseguir a liberação dos recursos.

É possível que o Supremo Tribunal Federal julgue ainda neste ano as ações que questionam a legalidade das emendas de relator, cuja ampliação deu aos líderes do Congresso o controle dessas verbas. Uma decisão desfavorável ao Legislativo poderia facilitar as coisas para o novo governo.

O fim do sistema articulado pelos partidos do centrão com o governo Bolsonaro abriria caminho para a negociação de um novo arranjo de Lula com o Congresso. Se o STF preferir assistir à disputa entre os outros Poderes sem interferir, a negociação tende a ser bem mais difícil.

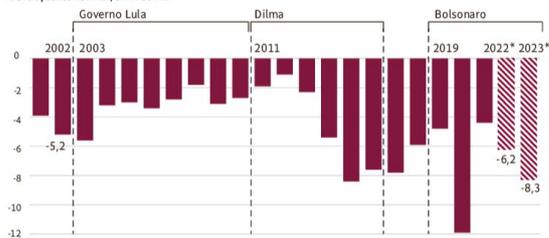
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50081>

Cenário atual é mais desafiador do que o encontrado por Lula em 2002

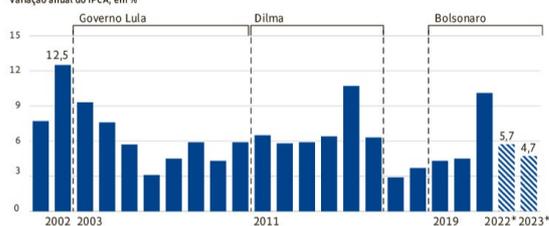
As contas do governo estavam no vermelho quando Lula chegou ao poder em 2002 e melhoraram em sua gestão, mas se deterioraram no fim do governo Dilma e ainda mais depois, com a pandemia

Déficit público nominal, em % do PIB



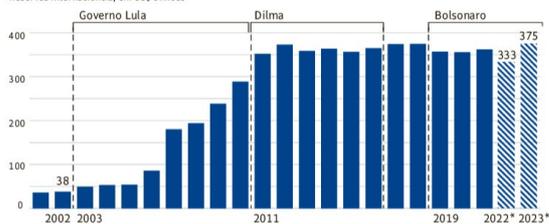
A alta recente da inflação, reflexo do impacto da pandemia na economia global, levou o Banco Central a aumentar os juros. Os preços cederam, mas ainda estão acima da meta oficial, como em 2002

Varição anual do IPCA, em %



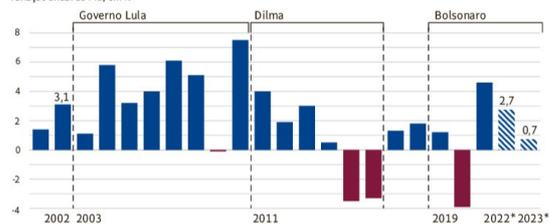
Em 2002, boa parte dos credores da dívida brasileira estava no exterior, e havia o temor de que o país deixasse de pagar seus compromissos externos. O acúmulo de reservas desde então afastou esse risco

Reservas internacionais, em US\$ bilhões



Em 2002, a economia mundial estava num bom momento e o Brasil entrou num período de crescimento prolongado. Agora, as projeções apontam uma desaceleração mundial no próximo ano

Varição anual do PIB, em %

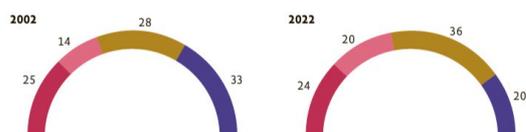


* Projeção
Fonte: EIU (Economist Intelligence Unit)

A coligação de Lula conquistou menos cadeiras na Câmara dos Deputados nas eleições deste ano do que em 2002, mas poderá ampliar sua base com a adesão de outros partidos nos próximos meses

Divisão das cadeiras após a eleição, em %

- Coligação do PT
- Partidos que aderiram após eleição /inclinados a aderir
- Coligação do adversário
- Outros partidos



Fonte: Câmara dos Deputados

Aviltar a democracia prejudica o crescimento (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

A economia política tradicional defendia que havia uma relação direta entre crescimento econômico e democracia. O problema dessa abordagem, também conhecida como Teoria da Modernização, era a relação de causalidade.

Acreditava-se que, quanto mais moderno, urbanizado e industrializado fosse um país, mais rapidamente ele se tornaria democrático. Ou seja, a democracia seria mais consequência do que causa do desenvolvimento econômico. Essa visão foi dominante nas décadas de 1950 e 1960, e começou a ser revitalizada por alguns autores no início dos anos 1990.

Em 2012, os economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson publicaram o livro *Why Nations Fail*, um trabalho seminal para o entendimento das bases que estão por trás do desenvolvimento econômico sustentado.

Para esses autores, a democracia e os regimes políticos incluídos são as principais bases para a prosperidade no longo prazo.

Um estudo recente, lançado por pesquisadores da University College London (Inglaterra), Paris School of Economics (França) e Universidade de Siena (Itália), levou em conta que, entre as democracias consolidadas e as autocracias, há regimes políticos intermediários, ou seja, governos que deturpam a democracia, enfraquecem as instituições, principalmente o judiciário e o processo eleitoral. E a análise estatística, que cobriu um horizonte de 20 anos e cerca de 200 países, demonstrou que aqueles classificados na categoria intermediária foram os que tiveram o pior desempenho econômico, com taxa de crescimento do **PIB** per capita 20% aquém dos demais.

Segundo um dos coautores do estudo, o economista brasileiro Nauro Campos, professor da University College London, estão nessa categoria intermediária países como a Hungria, a Polônia, a Turquia e a Rússia. Ele também lembra que o Brasil está entre os quatro países que mais se afastaram da democracia

nos últimos anos, principalmente a partir de 2020, segundo dados do Instituto Variações da Democracia (V-Dem), ligado à Universidade de Gotemburgo, na Suécia.

Evidentemente, o fato de os países com ditaduras abertas terem registrado nesse estudo, em média, performance econômica superior à do grupo intermediário não é um argumento a favor das autocracias. Esses regimes, além de suprimirem a liberdade, um valor fundamental da humanidade, podem apresentar, por décadas, taxas elevadas de crescimento, como a União Soviética no período de 1928- 1940, mas acabam por sucumbir por falta de inovação e de inclusão social. O próprio professor Nauro Campos adverte que o trabalho cobriu um horizonte de apenas 20 anos (até 2018).

Portanto, a missão mais importante do governo eleito ontem no Brasil é pacificar o País, reforçar as instituições e não só preservar, mas avançar na consolidação da ainda incipiente democracia brasileira.

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aliado próximo do presidente, Torres liderou operação da PRF

Andréa Jubé De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187370?page=1§ion=1